

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – PPGENF**

HUGO ALBERTO NEVES DE SOUZA

**ENFERMEIROS NA CAPITAL DO BRASIL: DO PERFIL DE
ESTUDANTES AOS EFEITOS DO MASCULINO NA ENFERMAGEM
(1921-1942)**

**RIO DE JANEIRO
2018**

HUGO ALBERTO NEVES DE SOUZA

**ENFERMEIROS NA CAPITAL DO BRASIL: DO PERFIL DE ESTUDANTES AOS
EFEITOS DO MASCULINO NA ENFERMAGEM (1921-1942)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Área de Concentração: História do cuidado nos aspectos micro e macromoleculares: práticas, saberes e instituições.

Linha de Pesquisa: Saúde, História e Cultura: saberes em Enfermagem.

Orientador: FERNANDO ROCHA PORTO
Coorientadora: LUCIANE DE SOUZA VELASQUE

RIO DE JANEIRO
2018

NS719 NEVES DE SOUZA, HUGO ALBERTO
ENFERMEIROS NA CAPITAL DO BRASIL: DO PERFIL DE
ESTUDANTES AOS EFEITOS DO MASCULINO NA ENFERMAGEM
(1921-1942) / HUGO ALBERTO NEVES DE SOUZA. -- Rio
de Janeiro, 2018.
113

Orientador: Fernando Rocha Porto.
Coorientador: Luciane Souza Velasque.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Enfermagem, 2018.

1. Enfermagem. 2. História da Enfermagem. 3.
Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.
4. Masculino na Enfermagem. 5. Enfermeiro. I. Rocha
Porto, Fernando, orient. II. Souza Velasque,
Luciane, coorient. III. Título.

SOUZA, HUGO ALBERTO NEVES. **ENFERMEIROS NA CAPITAL DO BRASIL: DO PERFIL DE ESTUDANTES AOS EFEITOS DO MASCULINO NA ENFERMAGEM (1921-1942)**, 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Enfermagem.

Área de Concentração: História do cuidado nos aspectos micro e macromoleculares: práticas, saberes e instituições.

Linha de Pesquisa: Saúde, História e Cultura: saberes em Enfermagem.

Aprovada em ___ / ___ / ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Porto
Presidente

Profa. Dra. Silvana Alves de Godoy
1º Titular

Profa. Dra. Adriana Lemos Pereira
2º Titular

Profa. Dra. Maria Amália de Lima Cury Cunha
1º Suplente

Profa. Dra. Luciane de Souza Velasque
2º Suplente

**RIO DE JANEIRO
2018**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por me permitir a força necessária para a realização dessa caminhada e das muitas outras planejadas;

A minha mãe, Márcia, guerreira incansável, por seu amor incondicional, por nunca desistir dos meus sonhos e proporcionar condições para que eu pudesse correr atrás de realizá-los; e a quem também eu peço desculpas pelos momentos intempestivos;

A minha mãe, Elzira, mulher de ferro, sensível e de coração gigante, por todas as palavras de carinho e abraços diante das dificuldades que surgiram e por tantas alegrias que foram alcançadas, frutos do seu cuidado e amor pelo meu ser;

Aos meus sobrinhos, Guilherme e Renan, pelos momentos de descontração, companhia e por serem brilhos no meu dia-a-dia;

Aos amigos, por apoiarem os meus sonhos e entenderem as minhas necessidades em todos os bons e maus momentos;

Ao Gabriel Barros, companheiro de todas as horas, apoiador incondicional, que sempre esteve disposto a compartilhar dos meus sacrifícios e desejos;

Ao meu grupo de pesquisa, o Laboratório de História do Cuidado e Imagem em Enfermagem (LACUIDEN), por ter sido o refúgio onde me encontrei, me realizei e fui desafiado a tantos novos caminhos;

A minha coorientadora, Dra. Luciane Velasque, por toda a disponibilidade e carinho em ter topado essa empreitada;

Ao meu orientador, Dr. Fernando Porto, grande incentivador, por todos os ensinamentos para além das páginas acadêmicas e por vislumbrar nos meus devaneios as mais altas realizações;

À minha irmã (*in memoriam*), que foi luz enquanto em vida e continua sendo luz que ilumina os meus passos, aquece o meu coração e me inspira a sempre seguir em frente; a nunca desistir.

A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”.

(Marcel Proust)

SOUZA, HUGO ALBERTO NEVES. **ENFERMEIROS NA CAPITAL DO BRASIL: DO PERFIL DE ESTUDANTES AOS EFEITOS DO MASCULINO NA ENFERMAGEM (1921-1942)**, 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Orientador: Fernando Rocha Porto

Coorientadora: Luciane de Souza Velasque

Linha de Pesquisa: Saúde, História e Cultura: saberes em Enfermagem.

Resumo

A institucionalização do ensino da enfermagem no Brasil surge por meio da criação da primeira escola de enfermagem no país (1890), a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, como alternativa para a formação de mão de obra qualificada nos preceitos da assistência psiquiátrica, após o processo de laicização dos hospitais que culminou com a saída das Irmãs da Caridade. A profissionalização da enfermagem brasileira nasce sob a influência do pensamento francês que discursava a favor da enfermagem como profissão feminina, em detrimento da formação do masculino. Contudo, seguindo seu Decreto de criação, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras instituiu a formação em enfermagem para homens e mulheres, contrariando os discursos de habilidades inerentes ao sexo. O estudo teve como objetivos identificar o perfil masculino na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e o efeito de sua formação na enfermagem e; discutir o gênero na enfermagem, com ênfase no masculino, para a construção da identidade profissional. Para tanto, utilizou-se a abordagem da História Serial e o software estatístico R para a análise dos dados. Considerou-se como delimitação temporal o período de 1921 a 1942. Foram consultados os dossiês dos estudantes matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no período supracitado, disponíveis no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, assim como jornais que circulavam à época para a contextualização do período histórico. O perfil identificado foi de estudantes titulados, na maioria, nos anos de 1923 e 1924, nascidos na região Norte, tanto brancos, quanto não-brancos, com média de 25 anos de idade, funcionários do campo militar e do Hospício Nacional de Alienados, casados e que não recebiam auxílio financeiro da instituição de ensino. Dos 127 estudantes do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, 5 foram citados em notícias de jornais publicadas entre 1928 e 1939 relacionadas à cargos e instituições que esses ocuparam enquanto enfermeiros no campo da assistência,

civil e militar, e na vida associativa. Conclui-se que a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, como pioneira no ensino da Enfermagem no Brasil, consagrou a profissão, naquele momento, como inclusiva, ao abrigar, sem distinção, homens e mulheres como estudantes da escola. A escola revelou-se como marco de ruptura do que era preconizado até então para a enfermagem, reconfigurando saberes e fazeres. Os enfermeiros de posse do certificado, investidos de capital intelectual, agregaram ao campo novas conquistas e posições para a enfermagem quando, alguns deles, exerceram função de liderança. O acúmulo de capital social imbricado nas conquistas de tais posições apresentou, como efeito, a reconfiguração da representação da profissão perante a sociedade quando fez alcançar a capacidade do exercício de novos papéis, agora não mais ligadas ao de função secundária. A Conquista de tais espaços configura-se como evidência da capacidade do sexo masculino para o exercício da enfermagem, desmistificando o discurso de habilidades inerentes ao sexo, assim como os registros noticiosos dão conta da participação ativa do homem, como enfermeiro, na construção da identidade profissional da enfermagem, não sendo invisíveis.

Descritores: História da Enfermagem; Educação em Enfermagem; Enfermeiros; Escolas de Enfermagem.

SOUZA, HUGO ALBERTO NEVES. NURSES IN THE CAPITAL OF BRAZIL: FROM THE PROFILE OF STUDENTS TO MALE EFFECTS IN NURSING (1921-1942). 2018. 112 f. Thesis (Master). Graduate Program in Nursing, Federal University of Estate Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil, 2018.

Abstract

The institutionalization of nursing education in Brazil emerges through the creation of the first nursing school in the country (1890), the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, currently Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, as an alternative for the training of qualified precepts of psychiatric care after the departure of the Sisters of Charity. The professionalization of Brazilian nursing was born under the influence of the French thought that discursed in favor of nursing as a feminine profession, to the detriment of the masculine formation. However, following its creation decree, the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras instituted nursing training for men and women, counteracting the discourses of skills inherent in sex. The study aimed to identify the male profile in the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras and the effect of their training in nursing and; to discuss gender in nursing, with emphasis on the masculine, for the construction of professional identity. For that, the Serial History approach and the R Program were used to analyze the data. It was considered as temporal delimitation the period from 1921 to 1942. The dossiers of the students enrolled in the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, in the aforementioned period, were consulted, available in the Sectorial Archive Nurse Maria de Castro Pamphiro, as well as newspapers circulating at the time for the contextualization of the historical period. The identified profile was of students graduated, in the majority, in years of 1923 and 1924, born in the North, both white and non-white, with an average of 25 years of age, employees of the military camp and the Hospício Nacional de Alienados, married and who did not receive financial support from the educational institution. Of the 127 male students graduated from the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, 5 were cited in news stories published between 1928 and 1939 related to positions and institutions they occupied as nurses in the field of civil and military care and in associative life. It is concluded that the Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, as a pioneer in the teaching of Nursing in Brazil, consecrated the profession, at that moment, as inclusive, sheltering, without distinction, men and women as students of the school. The school proved to be a breach of what had been advocated until then for nursing,

reconfiguring knowledge and actions. Nurses in possession of the certificate, invested with intellectual capital, added to the field new achievements and positions for nursing when, some of them, exercised a leadership role. The accumulation of social capital imbricated in the achievements of such positions had, as an effect, the reconfiguration of the representation of the profession before the society when it did reach the capacity of the exercise of new roles, now no more linked to the one of secondary function. The Conquest of such spaces is configured as evidence of the masculine capacity for the nursing exercise, demystifying the discourse of abilities inherent to the sex, just as the news records give account of the active participation of the man, like nurse, in the construction of the identity professional nursing, not being invisible.

Keywords: History of Nursing; Nursing Education; Nurses; Nursing Schools.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

F - Feminino

HNA - Hospício Nacional de Alienados

M - Masculino

N - Não

S - Sim

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição quanto ao ano de titulação dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	43
Figura 2. Distribuição quanto ao local de nascimento dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	44
Figura 3. Distribuição quanto a cor dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.....	45
Figura 4. Distribuição quanto a faixa-etária dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	46
Figura 5. Distribuição quanto a ocupação exercida pelos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	47
Figura 6. Distribuição quanto ao estado civil dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	48
Figura 7. Distribuição quanto a concessão de bolsas aos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.	49

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1. Introdução	14
1.2. Problematização	22
1.3. Objeto	29
1.4. Objetivos	29
1.5. Justificativa	29
SEÇÃO 2 – METODOLOGIA	31
2.1. Tipo e delimitações	31
2.2. Fontes Históricas	31
2.3. Método estatístico	32
2.2.1. <i>Fontes da Hemeroteca Digital</i>	32
2.3. Processamento dos dados	33
2.4. Organização da discussão	33
2.5. Aspectos legais	33
2.6. Noções de Base	34
2.6.1. <i>Gênero</i>	35
2.6.2. <i>Noções de Bourdieu</i>	39
SEÇÃO 3 – RESULTADOS	41
3.1. Introdução	41
3.2. Perfil dos homens matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras	43
3.3. Enfermeiros da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na imprensa escrita no período de 1921 a 1942	49
3.4. Síntese da seção	53

SEÇÃO 4 – MATIZES DO ENSINO NA ESCOLA PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS E ENFERMEIRAS.....	55
4.1. Introdução.....	55
4.2. Ensino para a formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.....	55
4.3. Seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.....	60
4.4. Síntese da seção	62
SEÇÃO 5 – GÊNERO NA SAÚDE E ENFERMAGEM	64
5.1. Introdução.....	64
5.2. Masculino no campo da saúde	64
5.3. Feminino na enfermagem	67
5.4. Masculino na enfermagem	69
5.5. Síntese da Seção.....	76
SEÇÃO 6 – VISIBILIDADE DO MASCULINO NA ENFERMAGEM: EFEITOS DA FORMAÇÃO	78
6.1. Introdução.....	78
6.2. Enfermeiros nas notícias de jornais.....	78
6.3. Registros na imprensa escrita	80
6.3.1. <i>Enfermeiros: poder e prestígio</i>	80
6.4. Síntese da seção	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS.....	100

SEÇÃO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1. Introdução

A palavra “cuidar” tem, em sua lista de significações, “tratar da saúde”; “prestar atenção” e; “ter interesse” (MICHAELIS, 2015). “Cuidar”, que origina o termo “cuidado”, deriva do latim, cujo significado remete à cura. Desta maneira, cuidar é manter a vida por meio da satisfação de necessidades indispensáveis à sobrevivência não só daqueles que sofrem a ação do cuidado, mas também daqueles que a executam. Para Heidegger (2009), cuidar implica em humanizar, construindo assim a essência do ser humano como ser histórico-social.

O cuidado, quando visualizado como ato instintivo de sobrevivência, é atitude que ultrapassa os limites contidos e esperados que existam entre os papéis desempenhados por homens e mulheres em uma sociedade, não pertencendo a nenhum ofício ou profissão, sendo influenciado por fatores históricos, culturais, econômicos e temporais. Desta maneira, o cuidado/cuidar/ser cuidado torna-se necessidade humana em prol da defesa do grupo.

Embora comportamento instintivo dos indivíduos quando na proteção da espécie, como aponta Oguisso (2007), a atividade desenvolvida por uma mãe quando busca nutrir e proteger sua prole das intempéries pode ser considerado como a primeira forma de manifestação de cuidado da espécie humana, permitindo a manutenção da sobrevivência e a continuação da vida. É a luta contra a morte: do indivíduo, do grupo e da espécie.

A ideia de cuidado, enquanto prática para a defesa e restabelecimento da condição de saúde, se desenvolveu ao longo da história intimamente relacionada com o modo de organização e evolução das diferentes estruturas sociais associadas aos sujeitos enquanto nação.

As doutrinas e dogmas religiosos, das mais diversas formas e origens, influenciaram e marcaram a trajetória da evolução dos cuidados, determinando como homens e mulheres apropriaram-se e colocaram em prática tais conhecimentos nas diversas civilizações desde o período pré-histórico.

Os egípcios, na antiguidade, sob a mística da religião politeísta, construíram e colocaram em prática o cuidado a partir da crença da causalidade das doenças pela

movimentação dos corpos celestes e forças sobrenaturais. Embora a religião ditasse grande parte das explicações e orientações quanto às questões de saúde-doença, centralizado na autoridade do sacerdote médico, muitos conhecimentos científicos foram alcançados e aplicados à época por meio das escolas médicas existentes em cada templo indicando a tentativa de uma prática de cuidado a partir do conhecimento religioso e o saber científico (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

Tal fato pode ser observado quanto ao conhecimento dos egípcios sobre infecções, cáries dentárias, luxações, fraturas ósseas, além do uso de ervas, preparações como medicamentos e a realização de procedimentos cirúrgicos avançados para a estrutura e conhecimento da época. Apesar do serviço prestado pelo sacerdote médico ser remunerado, assim como o serviço de outros sacerdotes médicos de classe inferior, e por isso de menor custo, os mais necessitados e sem condições financeiras para arcar com tais custos eram atendidos em ambulatórios gratuitos (GEOVANINI, 2010).

Os indianos, assim como os egípcios, desenvolveram as noções de cuidado com a saúde e a doença considerando a influência dos deuses e da natureza. Acreditavam que o corpo adoecia pelas impurezas dos líquidos corporais (DONAHUE, 1993). A cura dos males do corpo estava sob a responsabilidade dos médicos e cirurgiões, todos sacerdotes, que desenvolviam o cuidado com os doentes por meio de orações, dietas, banhos, plantas medicinais, inalações e sangrias. Possuíam grande conhecimento das doenças e do corpo humano.

Descreveram patologias como febre tifóide, lepra, hepatite, cólera, diabetes, tuberculose e alterações neurológicas. Os cirurgiões realizavam amputações, retirada de tumores, cataratas, hérnias e correção de fraturas. Tais cuidados, aos inválidos, eram prestados em construções consideradas os primeiros hospitais da história da civilização (DONAHUE, 1993).

Eram ainda nesses lugares que a Medicina e a Enfermagem, segundo a mesma autora, eram ensinadas aos jovens que apresentavam bom caráter e tornavam-se responsáveis pelos enfermos. Esses jovens tinham como função a higiene e a alimentação dos que lá encontravam-se necessitando de cuidados e, embora realizassem as práticas de cirurgia em cascas de árvores e outros bonecos de argila, não podendo realizar tais práticas em animais ou cadáveres sob o risco de tornarem-se impuros, tinham como aprendizado a história das doenças e dos

medicamentos, a influência dos astros, o modo de preparo das formulações medicinais e as orações.

Diferentemente do que ocorreu na Índia e no Egito, na Babilônia, o cuidado relacionado às condições de saúde-doença era realizado em lugares inespecíficos, sem a semelhança com construções hospitalares de outros povos, e também sem relação do ensino de tais práticas em templos ou escolas (GEOVANINI, 2010).

A causalidade das doenças tinha um forte apelo religioso em que acreditava-se que era consequência da ira dos deuses e da atuação de espíritos malignos. Desta forma era preciso prestar oferendas aos deuses e aos espíritos bons para que a recuperação da saúde fosse alcançada.

Os cuidados aos doentes eram dispensados pelo astrólogo-sacerdote, responsável pela medicina interna (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011) que baseava os tratamentos contra as doenças por meio da combinação da magia, religião e ciência. As plantas e talismãs eram usados para a expulsão dos demônios e espíritos malignos.

A medicina cirúrgica se encarregava do controle de hemorragias, extração de cataratas, transfusão sanguínea e aplicação de emplastos faciais. A prática cirúrgica era tão importante dentro do rol de cuidados prestados que estes eram descritos no Código de Hamurabi, um documento que regulamentava a lei civil e criminal e incluía disposições legais relacionadas à atividade dos médicos, como honorários e até descrição de punições, como a amputação das mãos, caso não obtivessem sucesso no tratamento do doente sob a sua responsabilidade (DONAHUE, 1993).

Os gregos desenvolveram os cuidados aos seus doentes influenciados, primeiramente, pela mitologia. Os templos eram não somente local de estudos e orações, como também onde os doentes buscavam a cura por meio dos sacerdotes da área técnica, que mais tarde originou o médico, e os das ciências ocultas (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995). Hospitais eram construídos no entorno a fim de abrigar os que padeciam de algum mal. Os tratamentos eram à base de banhos, vinhos, abstinência alimentar e orações.

O progresso da civilização grega, com o advento do conhecimento a respeito da filosofia, matemática e geometria, permitiu que as explicações sobrenaturais dadas aos estados patológicos fossem substituídas por explicações lógicas que guardavam relação com os fundamentos da biologia.

O empirismo inicial contribuiu para que novos saberes fossem construídos, possibilitando o conhecimento em áreas como a patologia, anatomia, cirurgia, ginecologia, entre outros (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011). A saúde passou a ser denominada como o equilíbrio entre os quatro humores que constituíam o ser humano (sangue, catarro, bílis negra e bílis amarela); a doença, o desequilíbrio dos humores, passou a ser considerada como consequência da interação do homem com o meio ambiente.

Os tratamentos consistiam no uso dos quatro elementos (água, terra, fogo e ar) em suas diferentes formas de aplicação (calor, frio, *secura* e umidade) como meio para o restabelecimento dos humores e, desta forma, da saúde.

Os chineses, assim como os gregos, acreditavam que o estado de saúde ou doença era resultado do equilíbrio ou não de sistemas que compunham os indivíduos. O homem seria composto por cinco elementos: fogo, madeira, terra, metal e água, o que constituía o microcosmo do ser (DONAHUE, 1993). Não por acaso, o número cinco, para a filosofia e medicina chinesa, tem grande importância simbólica. O número cinco, dos elementos, representam os cinco sentidos, as cinco vísceras, as cinco cores, os cinco sabores, entre outras representações da cultura chinesa.

O microcosmo, resultado da combinação dos cinco elementos, está inserido no macrocosmo. Este se relaciona com a “energia da vida” composta pelo equilíbrio dinâmico entre o *Yin* (feminino; negativo, passivo, obscuro, frio, úmido, débil e sem vida) e o *Yang* (positivo, cálido, seco, ligeiro e com vida).

O tratamento para as doenças, no intuito de restabelecer o equilíbrio entre o *Yin* e *Yang*, era dividido em seis métodos: curar o espírito; alimentar o corpo; dar medicamentos; tratar o corpo; utilizar a acupuntura e cauterizar com moxa e consistia no uso de alimentos específicos, classificados como quentes ou frios, de acordo com o tipo de desequilíbrio que o indivíduo apresentava (CARVALHO; PEREIRA, 2008), além do uso medicinal de plantas e animais, aplicação local de água fria, ingestão de cinzas de papel e oração.

Junto aos templos existiam salas de curativos e as “casas de benevolência e compaixão” também conhecidas como “casas de cura” que funcionavam como uma espécie de hospital (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011). A filosofia que regia os cuidados prestados aos doentes na China foi a mesma que influenciou o modo de

ação dos responsáveis pela prestação de cuidados no Japão, onde a terapêutica empregada ainda consistia na adoção de águas termais e o estímulo à eutanásia.

Em Roma, os cuidados aos doentes sofre grande modificação após a conquista da Grécia e em consequência da expansão da indústria e do comércio (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011). Os romanos, que até então baseavam seus cuidados aos doentes influenciados pela superstição, crença aos deuses e tinham os cuidados médicos centrados na figura de escravos ou pessoas bem instruídas conhecedoras dos princípios da medicina, passam a incorporar na prática do cuidado o conhecimento já alcançado na Grécia, com a atuação de médicos gregos, escravizados após a conquista do território, como aponta Molina (1973).

Aos pobres, como camponeses e agricultores, a maioria da população romana, sobretudo aqueles que viviam nas áreas mais afastadas da chamada *Urbs Roma*, que compreendia a parte urbana, os cuidados nos casos de doença eram da responsabilidade de um membro central do núcleo familiar que, por meio do uso principalmente de ervas e cantos, buscava a cura para aquele mal, persistindo nesses casos ainda as crenças e superstições.

Os cuidados com a saúde e doença visavam, sobretudo, a formação de futuros soldados (DONAHUE, 1993), dada a importância da guerra para a expansão romana, e baseavam-se na observação empírica das causas e efeitos, sendo instituídos por meio da aplicação de dietas específicas, banhos, exercícios, medicamentos calmantes, a música e o canto.

Além disso, os romanos preocupavam-se com as questões de limpeza das cidades, vigilância alimentar, provimento de água pura, instalação de rede de esgoto, destinação adequada para os mortos, entre outros fatores que contribuíram para as condições de saúde e que são considerados a primeira grande contribuição no campo da saúde pública (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

Inicialmente, durante as guerras, os feridos eram levados para serem atendidos nas casas dos romanos das classes mais superiores — os patrícios. Com a busca da expansão territorial, e conseqüentemente com o aumento dos períodos e episódios de guerra, os feridos passaram a ser atendidos em hospitais militares, construções bem equipadas que faziam jus aos conhecimentos e habilidades romanas de guerra, chegando a serem utilizadas ambulâncias para o transporte dos feridos no campo de batalha até o hospital de guerra (PADILHA; BORENSTEIN;

SANTOS, 2011). Os hospitais civis, segundo o mesmo autor, surgem a partir do avanço do Cristianismo, motivado pela piedade e caridade aos mais desvalidos.

De acordo com o exposto, torna-se possível observar que o ato de cuidar, como prática de saúde, sofreu grandes transformações influenciadas, principalmente, por variáveis sociais, políticas e econômicas, guardando relação com o advento de novos conhecimentos e ideologias que modificaram os personagens responsáveis por esses cuidados, assim como os locais onde eram realizados tais cuidados; além de impulsionarem e alterarem a forma e o significado do relacionamento dos seres humanos em sociedade.

Uma das variáveis fundamentais para tais modificações considera a relação do homem com a religião e o sobrenatural. O desenvolvimento das grandes civilizações, tanto em sua forma de explicação das doenças, quanto no lidar e cuidar dos indivíduos doentes, foi permeado pelo contexto religioso, de crenças e superstições. Desta maneira, num primeiro momento, as práticas de cuidado foram desenvolvidas por meio de sacerdotes, templos e ritos pagãos, como apontados anteriormente, até o alvorecer do pensamento filosófico e seus desdobramentos.

A religião corresponde às necessidades individuais de sobrevivência do povo que almeja a felicidade material, a saúde do corpo e a imortalidade da alma. Desta forma, na Idade Média, o Cristianismo prospera em um período em que a população era vitimada por uma série de epidemias — dentre elas a sífilis, a lepra e a peste bubônica —, além de grandes desastres naturais, como terremotos e inundações.

As guerras, motivadas pela busca de expansão de terras e domínios, perpetuaram o cenário de destruição e de mazelas sociais. A igreja católica ascende como ente capaz da reestruturação social, por meio de ações de educação e recuperação da saúde da população, além da salvação da alma (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011), passando a explicar as doenças e desastres naturais como formas de punição divina; a caridade aos desvalidos e os cuidados para com os doentes como meio de redenção, caminho para se alcançar o perdão de Deus e garantir a entrada no céu.

Neste período de efervescência religiosa, com o dogmatismo como orientador da vida em sociedade e Deus como médico do corpo e da alma, pessoas leigas, em busca da salvação por meio de ações caridosas, passam a dedicar-se aos enfermos e órfãos; outros, movidos pela fé e atendendo ao “chamado de cristo”, unem-se às várias congregações e ordens religiosas que passam a ocupar e oferecer os seus

cuidados nos locais destinados ao abrigo dos enfermos e desvalidos, precursores dos hospitais modernos.

A participação da Igreja nas Cruzadas para a recuperação da Terra Santa, sob o domínio dos turcos, fez crescer a influência da religião na vida dos indivíduos, permitindo a unificação do povo em torno de um bem comum. A guerra pela Terra Santa também foi incremento à construção de hospitais, para atender aos soldados feridos em combate e aos peregrinos vitimados durante a travessia (OGUISSO, 2005).

Os primeiros hospitais, construídos no entorno das igrejas e dos mosteiros, eram destinados unicamente ao atendimento dos religiosos. Com a expansão das cidades e as crescentes epidemias e calamidades, outras construções passaram a ser destinadas ao atendimento dos enfermos e feridos de guerra, sempre sob a direção e controle da Igreja.

Como indica Foucault (1987), o hospital medieval era o instrumento de transição entre a vida e a morte com ênfase na salvação espiritual e que contribuía para a segregação na sociedade dos indivíduos que eram considerados perigosos do ponto de vista da saúde.

Em suma, o hospital era lugar de redenção, de busca da salvação tanto daqueles que ali encontravam-se enfermos, sendo a doença um castigo divino, como os que empenhavam-se em prestar cuidados, em busca de serem recompensados por Deus pela caridade prestada.

O hospital dessa época ainda não caracterizava-se como uma instituição médica, uma vez que mantinha-se forte a prática do cuidado desprovida de um saber sistematizado, onde as atividades eram centradas no fazer manual e a prática provinha da transmissão da experiência dos mais antigos. O ensino, a esse respeito, era essencialmente prático e seguia as rígidas regras e dogmas da igreja católica.

Os cuidados eram quase que exclusivamente prestados por pessoas do sexo masculino, visto que era impróprio às mulheres cuidarem de pessoas do sexo masculino que não fossem seus parentes próximos. Entretanto, a prática do cuidado começou a ser desenvolvido nos hospitais por ambos os sexos sendo motivados sob diferentes aspectos. Os homens ou eram religiosos movidos pela devoção e caridade ou eram militares levados pela obediência às ordens superiores ou necessidades bélicas (PAIXÃO, 1951; VARGENS, 1989) dotando o hospital, desta maneira, dos ideais militares e religiosos.

Algumas mulheres, levadas por um espírito de abnegação e altruísmo, dedicaram seu prestígio social e poder econômico em prol dos mais necessitados, como Santa Isabel da Hungria, herdeira da Casa real da Hungria, que dedicou a sua vida, ao lado de São Francisco de Assis, aos enfermos de lepra (DONAHUE, 1993).

Embora homens e mulheres estivessem envolvidos na prestação de cuidados, estes diferenciavam-se em sua forma de execução a depender de quem os praticava. Desta forma, cumpre-se dizer, que a organização dos cuidados empreendia uma divisão sexuada do trabalho que refletia os papéis desenvolvidos por homens e mulheres na sociedade, influenciado por fatores culturais, sociais, econômicos e políticos.

O cuidado, como prática, corresponde ao reconhecimento e ao prolongamento de uma função social: para as mulheres, a que é elaborada em torno da fecundidade e, por isso, contribuição para a manutenção e desenvolvimento da vida; para os homens, a de fazer recuar a morte (COLLIÈRE, 1989).

Os cuidados desenvolvidos pelas mulheres estavam, principalmente, baseados na vivência do dia-a-dia, domiciliar, potencializadas por questões de espiritualidade e caridade (GEOVANINI *et al*, 2010). Entretanto, a elas era vedada a descoberta do corpo, considerado impuro, morada do mal, assim como não estavam autorizadas a auxiliar nos exames ginecológicos, realizar enemas em homens, atender aos partos, cuidar de casos obstétricos ou trocar fraldas de meninos. Essas atividades eram realizadas por indivíduos do sexo masculino (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

A superestimação do cuidado à alma, em detrimento ao cuidado com o corpo, promulgada pela igreja católica, determinou e delimitou o ato de cuidar, assim como quem cuidava e quem era cuidado. O desprezo ao corpo físico, e a tudo o que se referia ao carnal, implicou também na abominação às questões sexuais e a sexualidade, propriamente dita, representada, em uma sociedade patriarcal, pela figura da mulher, tentação, aos olhos do homem, ao pecado.

O corpo passa a ser dividido em zonas nobres e zonas não nobres. Desta maneira, tudo o que toca à digestão e ao sexo, como o ventre, é fonte de impureza, ligado ao pecado (COLLIÈRE, 1989). É desta forma que a “proibição ao corpo” é incentivada e posta como indispensável àqueles que se dedicavam a cuidar dos necessitados. Dito isto, a virgindade, o celibato e a clausura passam a representar

as maiores demonstrações de ruptura com o mundo exterior e, conseqüentemente, de aproximação com o divino.

Ao homem que prestava o cuidado, representado naquele momento por figuras ligadas à crença religiosa, coube ser o mediador entre as forças maléficas e benéficas que interferiam nas situações de saúde e doença da população (COLLIÈRE, 1989). É na figura do padre, monge, diácono e tantas outras representativas da igreja católica que o homem estabelece e presta seus cuidados sempre embasados no conhecimento que fluía das grandes escolas e bibliotecas contidas no interior dos santuários religiosos.

O homem é o responsável por afastar a morte, o cuidado com o corpo ferido e até mesmo praticar a guerra como meio de proteção do grupo e perpetuação da espécie.

O cuidado trazia impresso o papel historicamente construído daquele que o fazia, ou seja, a própria divisão social dos sexos. Destarte, o cuidado, posto frente a uma necessidade, já encontrava-se previamente definido e limitado de acordo com o gênero daquele que o executava.

1.2. Problematização

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, reconfigurou diversos aspectos políticos, sociais e econômicos. Neste período ganha força a dicotomia existente entre o tradicionalismo religioso e a efervescência científica como herança do Positivismo¹ de Comte, o que influenciou os republicanos para o fim da Monarquia e a construção de um Estado laico.

Em consequência disso, chegou ao fim, após 38 anos, a administração do Hospício de Pedro II pela Santa Casa da Misericórdia, passando a ser denominado Hospício Nacional de Alienados, após o advento da República. As Irmãs da Caridade, que até então ocupavam lugar de destaque na organização da instituição,

¹ O positivismo traz em seu bojo de concepção os ideais iluministas e tem a ciência e a razão como as bases de progresso da sociedade. Segundo Comte, o estado positivo — onde os fenômenos são explicados de acordo com leis experimentalmente demonstráveis — é a terceira e última etapa a ser atingida pela sociedade para o seu desenvolvimento pleno, depois da etapa teológica — etapa em que os fenômenos são explicados por meio de entidades supranaturais — e metafísica — onde as explicações pautavam-se em entidades abstratas (SOBRINHO, 2014). O positivismo de Comte preconizava o Estado laico, onde a religião seria responsável não pelo culto ao abstrato, mas pela elevação moral do homem, e a função social da mulher como a de moderadora do da evolução da sociedade (SALOMÃO, 2016).

passam a atuar somente na enfermagem feminina, tendo restrita o seu campo de atuação e prestígio junto à instituição (PADILHA; BORENSTEIN; SANTOS, 2011).

Visando assegurar a presença das Irmãs da Caridade na instituição, a Congregação Vicentina, antes responsável pela administração do Hospício junto à Santa Casa de Misericórdia, tenta estabelecer um novo contrato com a Assistência Médica e Legal de Alienados para que assim continuasse a prestação da assistência.

A proposta de contrato foi recusada uma vez que a conduta religiosa empreendida pelas Irmãs de Caridade na assistência estava de encontro ao novo regime técnico-científico elaborado para o Hospício Nacional de Alienados (PERES, 2008). As Irmãs da Caridade, juntamente com as órfãs que estavam sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, deixaram o serviço da instituição em 11 de agosto de 1890.

A saída das religiosas do Hospício Nacional de Alienados significou grave crise institucional por falta de pessoal para a assistência aos alienados². Desta maneira, como tentativa de solucionar o problema da falta de mão de obra, duas medidas foram tomadas: 1) a criação de uma escola para a formação de enfermeiros e enfermeiras e; 2) a contratação de enfermeiras formadas na Escola de *Salpêtrière* — França — que permaneceram no Brasil de 1891 a 1894 (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A Escola de Enfermagem de *Salpêtrière* traz no bojo de sua criação a influência francesa da laicização da enfermagem, o incentivo a educação feminina e a subordinação da enfermeira ao médico (SILVA, 2009).

Dessa forma, a enfermagem brasileira tem seu início atrelado à estabilização do poder médico, influenciado pelo modelo francês de enfermagem no sentido de laicização ao visarem o processo de profissionalização (ESPÍRITO SANTO; OGUISO; FONSECA, 2011).

A influência do modelo francês adotado para a profissionalização da enfermagem no Brasil coadunava com os planos almejados pelos alienistas de

² A partir do século XIX, com a medicalização da loucura e institucionalização do louco como instrumento de poder para o progresso científico do conhecimento médico acerca das doenças mentais, o indivíduo “louco” ganha o status de “alienado” visto o rompimento social consequente ao comportamento desviante (FIGUEIREDO; DELEVATI; TAVARES, 2014). A alienação, desta forma, passa a ter a sua causa considerada como oriunda das paixões e relações sociais que, quando exacerbadas, poderiam desencadear comportamentos alterados, não significando a ausência da razão, mas sim a contradição da razão (FONTE, 2012). Dito isto, o isolamento nos manicômios significava o distanciamento do alienado daquilo que era a causa do seu mal.

centralização do poder da medicalização da loucura e de tudo no que nela estava envolvido, incluindo o pessoal de enfermagem que passaria a prestar assistência no Hospício (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A primeira escola de enfermagem no Brasil, no que tange a literatura de conhecimento, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras — atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto — foi criada em 27 de setembro de 1890 por meio do Decreto nº 791 assinado pelo Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, objetivando o preparo de enfermeiros e enfermeiras para os hospícios e hospitais civis e militares (BRASIL, 1922).

O Decreto estabelecia que poderia matricular-se o indivíduo com a idade mínima de 14 anos de idade; que soubesse ler, escrever, conhecesse aritmética elementar e; apresentasse atestado de bons costumes³ e de saúde. O curso teria a duração de, no mínimo, 24 meses.

O estudo da pesquisadora Almerinda Moreira (2003) apresenta evidências de que o modelo adotado para a formação de enfermeiros na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras teve por referência a obra do Dr. Désiré Magloire Bourneville intitulada “*Manuel Pratique de la Garde-Malade et de L'infirmiere*”⁴ ao seguir sua estrutura de conteúdos quando comparado ao sumário/índice da obra.

Ao seguir a influência do modelo francês de Bourneville para a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, acredita-se que a opção pela substituição das Irmãs da Caridade por enfermeiras francesas formadas pela Escola de *Salpêtrière* foi uma das estratégias utilizadas para a materialização da instituição e a formação de profissionais para enfermagem à época.

Refletir sobre a influência francesa para a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras remete ao contexto social, político, econômico e educacional da França e seu prestígio pela mentalidade cultural da época.

A França, a partir do início do século XIX, tornou-se uma potência, principalmente, pelas conquistas alcançadas por meio das guerras napoleônicas. Napoleão fez crescer o prestígio e a influência da França no mundo por meio da

³ O atestado era uma espécie de certidão, emitida em nome de alguma autoridade local, como instrumento comprobatório de bom comportamento de determinado indivíduo (KLETEMBERG; SIQUEIRA, 2008).

⁴ Obra localizada na Biblioteca Setorial Enfermagem e Nutrição da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

conquista e domínio de territórios, impondo, aos países derrotados, a cultura francesa com status assegurado pela vitória em combate (RIBEIRO, 2009).

Embora os laços entre Brasil e França tenham se estreitado a partir de 1816, com a derrota de Napoleão e a reestruturação da antiga monarquia francesa, o fortalecimento da França na era napoleônica fez efeitos longínquos pelos séculos XIX e XX, o que pode ser evidenciado, por exemplo, com a missão artística francesa no Brasil⁵.

A França como expoente de civilização a ser seguida e o Brasil com gana de tornar-se parte da Europa além-mar — recordando que desde 1808 a família real portuguesa tinha se instalado na colônia de Portugal e, dessa maneira, a colônia tinha ganhado status de reino — constituiu campo frutífero para a perpetuação da influência francesa no hábito de vida do povo brasileiro, assim como dos europeus vindos junto com a família real (COSTA, 2000).

Em suma, seja pela atuação dos intelectuais à época, como também dos pequenos artistas e comerciantes que adentraram ao Brasil por meio do Rio de Janeiro e a sua acessibilidade como cidade portuária, a França estabeleceu influência na constituição do modo de vida dos brasileiros, sobretudo no ensino de enfermagem para ambos os sexos, mesmo diante da concorrência inglesa que voltava-se exclusivamente para a formação de mulheres na enfermagem, representada pela instituição criada por Florence Nightingale em 1860.

Contudo, a proposta de ensino para a enfermagem, segundo o modelo de Florence Nightingale, carecia de direcionamento das enfermeiras formadas para a assistência psiquiátrica, direcionando-as para a assistência no contexto da saúde pública, como foi o caso das enfermeiras tituladas pela Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (MIRANDA, 1994).

A contratação de enfermeiras francesas foi de interesse para além da formação profissional da enfermagem, considerando os estudos de médicos franceses, como Philippe Pinel, Jean-Étienne Esquirol, por exemplo; foi também de interesse da medicina por colaborar para a construção de uma subárea do conhecimento: a psiquiatria (RIBEIRO, 1999).

⁵ A Missão Artística Francesa de 1816, como ficou conhecida, consistiu na vinda de artistas franceses ao Brasil, entre eles Lebreton, Debret e Taunay, com o objetivo de estabelecer uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, difundindo assim o conhecimento acerca da agricultura, mineralogia, indústria e comércio, além de dedicar serviço ao embelezamento estético necessário a capital do reino, o Rio de Janeiro (TREVISAN, 2007).

Ao articular o interesse dos médicos à formação da enfermagem laica, a opção pela adoção da referência francesa aponta para a coerência mediante os argumentos do Dr. Désiré-Magloire Bourneville.

Como médico, político e jornalista, Bourneville foi defensor da laicização hospitalar e discursava a favor da enfermagem como atividade, idealmente, da mulher por sua experiência como mãe e familiaridade com os trabalhos domésticos. Preconizava que, considerando tais experiências e habilidades, a mulher casada seria a enfermeira de confiança dentro do hospital pela maturidade e completude alcançada no momento em que constituía família (ESPÍRITO SANTO, 2007). Desta maneira, qualquer mulher, desde que detentora de qualidades morais, seria uma enfermeira em potencial.

Apesar do discurso de Bourneville a favor das mulheres como enfermeiras, no mesmo ano da inauguração da Escola de *Salpêtrière* (1878), foi criada a escola de enfermagem voltada à formação de homens enfermeiros, a Escola de *Bicêtre* (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Mesmo contrariando os argumentos em prol da aptidão nata e qualidade da mulher enfermeira em detrimento do homem, a profissionalização do homem na enfermagem, por meio da escola, obteve êxito quando considerado o número de enfermeiros titulados e atuantes nos hospitais franceses (ESPÍRITO SANTO, 2007). Tal fato foi justificado pela necessidade do uso da força física para a contenção de determinados pacientes.

Entretanto, vale refletir que a presença do homem, como enfermeiro profissional, justificava-se por sua capacidade de força física para lidar com os alienados, especialmente os do sexo masculino em momentos de agitação, demonstrando vantagens quando comparado à mulher considerada dócil e sensível por natureza, de acordo com a cultura à época.

A ideologia que preconizava a enfermagem como feminina, considerando habilidades que seriam naturais à mulher, como a defendida e propagada por Florence Nightingale ao direcionar o ensino exclusivamente para mulheres, foi a que também excluiu ou deixou à margem a assistência aos alienados na Inglaterra como resultado da construção da enfermagem enquanto campo da essência feminina.

A inclusão das mulheres no ensino visou a abertura da educação no Brasil para o público feminino com estímulo a profissionalização, uma vez que estes se

constituíam de elementos balizadores do discurso republicano pelo fim da Monarquia.

Ressalta-se que os republicanos foram inspirados pelas ideias Positivistas que pregavam que o desenvolvimento científico seria alcançado e a pátria seria perfeita quando assumisse as características femininas do sentimento e do amor, sendo enaltecida a figura da mulher, estimulando-a a assumir posição de maior relevo na sociedade por meio da educação e do trabalho a fim do gradual progresso social da nação (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Destarte, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, seja pela necessidade de doçura e sensibilidade para o cuidar, seja pela necessidade do uso da força física, teve como proposta a profissionalização de indivíduos de ambos os sexos para a atuação em hospitais gerais e psiquiátricos, civis e militares de modo a cumprir o Decreto de criação da instituição de ensino.

Entretanto, os primeiros anos de existência da escola foram de crise, tanto econômica, quanto política, o que acompanhou a situação do país em um momento de intensas transformações iniciadas ainda na Proclamação da República.

A crise na qual encontrava-se o Brasil no final do século XIX e início do século XX colaborou para que a primeira turma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras se deparasse com alguns obstáculos para a titulação.

Na virada do século, o país, com a escravidão recém-abolida, enfrentava problemas relacionados à saúde pública, o que refletia nos aspectos políticos, morais e sociais. O choque cultural entre as matrizes africanas e lusitanas perturbava o que a elite brasileira preconizava para a construção cultural à época, almejando ares europeus.

Querelas à parte, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, após 16 anos, apresenta à sociedade sua 1^o turma de titulados sob a gestão institucional do médico Antônio Fernandes Figueira, quando 2 homens e 3 mulheres⁶ foram titulados enfermeiros (MOREIRA, 2010). Ademais, cumpre-se mencionar que o diretor institucional à época era também responsável, no Hospício Nacional de Alienados, pelo pavilhão Bourneville, direcionado à assistência dos agravos mentais do público infantil (SILVA, 2009).

⁶ Os estudantes intitulados enfermeiros na 1^o turma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras foram: José Joaquim Dias Paredes, Aureliano Francisco de Carvalho, Albertina Gomes Barretos, Conceição da Silva Carvalho e Henriqueta Rosas (MOREIRA, 2010).

Após a primeira titulação na escola, os estudos no campo da historiografia institucional carecem apontar outro momento de formação. Dito isto, coube, anos mais tarde (1916), a crítica do médico Getúlio dos Santos, de forma implícita, no Capítulo I do livro intitulado “Livro do Enfermeiro e da Enfermeira”, ao escrever que uma instituição destinada para a formação de profissionais de enfermagem — a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras — não tinha surtido os efeitos desejados com a sua criação até aquele momento (SANTOS, 1928, p. 13).

No período de 1906 a 1921, no Rio de Janeiro, outras instituições de ensino em prol da enfermagem foram criadas, a saber: Curso de Voluntárias (1914) e Curso de Enfermeiras Profissionais (1916), ambas abrigadas na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira – órgão Central do Rio de Janeiro, além do Curso de Enfermeiras da Policlínica de Botafogo (1917-1920). Esta última instituição teve, em sua segunda turma, a presença masculina, embora a preferência continuasse a ser pela formação da mulher enfermeira (ARCHIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA, 1919).

A década de 1920 foi conturbada, tanto socialmente, quanto politicamente devido aos aspectos relacionados à saúde pública e a aceleração do crescimento urbano e desenvolvimento industrial (SILVA, 2009). A cidade do Rio de Janeiro apresentava condições precárias de saúde e a população era vítima de endemias, como as de febre amarela, tuberculose, cólera, lepra, febre tifoide, entre outras, o que culminou com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e a Reforma Sanitária liderada por Carlos Chagas.

Foi nesse contexto político e social que, pela Portaria de 1º de setembro de 1921, expedida pelo Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras foi desdobrada em três seções: a feminina, a masculina e a “mixta”.

Salienta-se que embora a escola tenha sido criada no espaço da psiquiatria, as transformações políticas e sociais no campo da saúde empregaram, de certa maneira, inflexões na proposta de formação dos enfermeiros. O próprio funcionamento da instituição imputou transformações sociais não só pelo seu pioneirismo quanto à profissionalização da enfermagem no Brasil, como também pela proposta do ensino profissional para ambos os sexos, contrariando o discurso pelo feminino.

Na esteira dos acontecimentos, a identidade profissional da enfermagem brasileira, embora contrariamente influenciada pelo discurso estrangeiro — principalmente o francês no tocante a presença das enfermeiras francesas em atividade no Hospício Nacional de Alienados — foi construída também com a presença do homem, como enfermeiro, embora atuante na dinâmica da profissão socialmente idealizada e defendida como feminina.

1.3. Objeto

O estudo teve como objeto a formação masculina na enfermagem, por meio da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, na construção da identidade profissional.

1.4. Objetivos

- 1) Identificar o perfil masculino na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e o efeito de sua formação na enfermagem;
- 2) Discutir a presença do homem, como enfermeiro, para a construção da identidade profissional.

1.5. Justificativa

A enfermagem, assim como qualquer outra profissão, tem em seu passado muitos personagens envolvidos em sua origem e construção histórica. Apesar de algumas dessas figuras terem obtido, por motivos específicos, maior destaque na profissão, é inegável que todo o personagem, com a sua bagagem de experiências e atos, é essencial para que a História se construa e exerça seu papel. É por meio do movimento dos indivíduos anônimos e suas inter-relações que a profissão é construída e transformada diariamente.

Como uma profissão que historicamente foi construída à imagem da caridade e sensibilidade, relacionada aos atributos ditos femininos, a enfermagem, em seu percurso, idealizou a mulher como a mais apropriada para o desempenho da função e assim contribuiu, de forma inversa, para a propagação da ideia da inabilidade do desempenho da função pelo sexo dito oposto, quer seja, o masculino.

Destarte, revisitar o percurso histórico da profissionalização da enfermagem no Brasil, considerando a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e os homens que por meio dela foram titulados, não é somente a possibilidade de redescobrir a História da profissão, mas também lançar luz sobre questões que possivelmente influenciam a prática profissional no presente e moldaram a identidade de uma profissão construída por muitos, mas conhecida por poucos.

As questões de gênero dentro do âmbito da enfermagem, dentre os discursos que ditam o que seria feminino e masculino, são demarcadas por uma série de símbolos e ritos que marcam a profissão.

Até os dias de hoje, homens e mulheres que exercem a enfermagem carregam, de alguma forma, estigmas e valores diferenciados que, muitas vezes, regem, influenciam e sofrem influência das relações no ambiente de trabalho.

Embora as questões de gênero venham acompanhando o progresso da enfermagem como campo de atuação profissional, considerando os vários sujeitos que possibilitaram a construção da profissão como conhecida nos dias atuais, a literatura ainda carece de publicações que tragam à tona a participação dos homens enfermeiros como um todo, ficando os estudos restritos à investigação de figuras individuais, desconsiderando, nesse caso, a presença do grupo como um todo para a construção da enfermagem.

Torna-se fundamental a abordagem de uma História da Enfermagem que contemple a presença do homem como participante da profissionalização da enfermagem brasileira. É sob essa perspectiva que torna-se possível a construção de uma identidade profissional que confira unicidade e integralidade aos profissionais, sendo reconhecida por todos os seus integrantes.

Desta maneira faz-se necessário descobrir novas histórias, dar voz e forma aos atores que ainda não são considerados nas páginas dos livros da profissão com vistas também à reflexão sobre os reais interesses que estiveram presentes na tentativa de exclusão da presença do homem enfermeiro no passado da profissão.

SEÇÃO 2 – METODOLOGIA

2.1. Tipo e delimitações

Estudo na perspectiva da História Serial (BARROS, 2014) delimitado na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, nascedouro da enfermagem brasileira, com delimitação temporal no período de 1921 a 1942.

Como estudo na perspectiva da História Serial, as fontes históricas passam a ser analisadas como partes constituintes de uma dinâmica de cadeia de fontes do mesmo tipo e não mais como documento único, limitado em sua própria forma. Desta maneira é possível a compreensão dos documentos em seu significado conjunto, contínuo em uma dada temporalidade específica quando passa a ser possível a identificação de oscilações ou tendências de acordo com as “séries” analisadas.

A delimitação temporal de 1921 a 1942 deve-se pela governabilidade institucional da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras de 21 anos exclusivamente por médicos: Gustavo Köhler Riedel⁷, pela seção feminina na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, e João de Melo Mattos⁸, pela seção “mixta” no Hospício Nacional de Alienados, considerando que após esse período a gestão da escola ocorreu majoritariamente por mulheres enfermeiras.

Outras delimitações foram necessárias:

1. Institucional — Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras;
2. Espacial — Distrito Federal, à época a cidade do Rio de Janeiro;
3. Educacional — Seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

2.2. Fontes Históricas

Como fontes históricas foram utilizados os dossiês dos estudantes (ficha de inscrição, requerimentos, dentre outros) e matérias veiculadas em jornais e revistas da época.

⁷ Discípulo de Juliano Moreira. Grande incentivador da criação da seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, denominada Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto, da qual assumi a direção em 1921 e permaneceu até 1933 (PORTO; LESSA; MOREIRA, 2010).

⁸ Foi professor, secretário, subdiretor e diretor da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras com posse em 1934 onde permanece até 1942 (MOREIRA, 1990).

A busca pelas fontes históricas deu-se no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na Hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional.

Para a busca de dados nos dossiês dos estudantes, foi construído um instrumento de coleta que constava de 6 variáveis: ano de titulação, idade ao ser titulado, local de nascimento, estado civil, cor e a ocupação que exerceu durante a formação na escola.

2.3. Método estatístico

Para identificar as características relacionadas aos estudantes do sexo masculino foi necessário compará-las com as características das estudantes do sexo feminino para a posterior descrição do perfil masculino sem, contudo, refletir o perfil da turma como um todo (homens e mulheres).

Os dados relacionados às variáveis foram analisados com o *R* estatístico de maneira a validar estatisticamente as informações localizadas e a otimizar a construção da discussão dos resultados obtidos.

Para comparação das características dos estudantes foi utilizado o teste qui-quadrado, para as variáveis qualitativas, e o teste de Wilcoxon, para a variável idade. Foi assumido um nível de significância de 5% para todos os testes. Desta maneira, as variáveis que tiveram um *p*-valor $<0,05$ foram consideradas estatisticamente significativas. Ou seja, quando as variáveis atingiram a significância estatística foi considerado que existia diferença do perfil entre estudantes do sexo masculino e feminino.

2.2.1. Fontes da Hemeroteca Digital

Os nomes dos enfermeiros pesquisados foram obtidos a partir do estudo sobre os 100 anos de criação da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (MOREIRA, 1990). Destarte, para a coleta das informações na imprensa escrita, adotou-se instrumento composto de: nome do enfermeiro titulado pela instituição, periódico de publicação, data de publicação, título e síntese da notícia e utilizou-se como site de buscas a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O processo de pesquisa na Hemeroteca Digital oferece três formas de busca por abas no sitio eletrônico: periódico, período e local. Optou-se pela aba “local” com

a seleção da sigla correspondente ao Rio de Janeiro; com a delimitação temporal referente ao ano de titulação do respectivo enfermeiro e até 30 anos após este ano, considerando que a partir da década de 1930 os trabalhadores poderiam aposentar-se com 30 anos de serviço (BRASIL, 1932) e; quanto à seleção dos periódicos de busca, foi selecionada a opção “todos”.

A partir disso foram acessados, de forma individual, os periódicos em que foram encontradas as palavras de interesse, no caso o nome dos ex-estudantes. Das publicações localizadas foram consideradas apenas aquelas que estavam relacionadas com o campo da enfermagem, saúde ou indivíduo enfermeiro e com período de publicação entre 1921 e 1942.

2.3. Processamento dos dados

Após a coleta das informações nas fontes documentais, essas passaram pela crítica interna e externa segundo os ditames do Método Histórico.

Dos dossiês foram utilizados os dados que serão apresentados, posteriormente, por meio de representação visual e da análise descritiva dos resultados.

Para as informações coletadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, os dados serão apresentados por meio de quadro demonstrativo.

2.4. Organização da discussão

A discussão foi construída a partir da triangulação dos resultados com as noções de base e a literatura de aderência ao objeto de estudo.

Para tanto, a discussão foi organizada em 3 seções principais denominadas:

1. Matizes do Ensino na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras;
2. Gênero na Saúde e Enfermagem;
3. Visibilidade do Masculino na Enfermagem: efeitos da formação.

2.5. Aspectos legais

Quanto aos aspectos legais aplicados à pesquisa, o estudo encontra-se em conformidade com a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que versa

sobre a garantia de acesso às informações e documentos produzidos a partir do funcionamento de órgãos públicos (BRASIL, 2011).

Cumprir mencionar, como conceituado na respectiva Lei, que “informação” é considerada como dado, processado ou não, que pode ser utilizado para produção e transmissão de conhecimento, contido em qualquer meio, suporte ou formato e; “documento” como unidade de registro de informações em qualquer que seja o suporte ou formato.

Em todo o caso, a fim de que fosse cumprido o que consta no artigo 31 da Seção V da Lei supracitada (BRASIL, 2011, Seção V) sobre o tratamento das informações pessoais, visto que os dossiês utilizados como fontes de pesquisa continham informações desse teor, foi assinado, junto à responsável pelo Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro, um termo de responsabilidade que assegurava e atestava o zelo por meio do qual foram tratados os resultados desta pesquisa e a fim de que não fosse ferida a honra e nem a imagem dos ex-estudantes que tiveram seus dossiês utilizados.

2.6. Noções de Base

As noções de base aplicadas ao estudo iluminaram as análises discursivas, por meio da apropriação, direcionadas ao texto para a construção da versão e interpretação da narrativa histórica. Elas sustentaram as assertivas e retóricas para as inferências descritas em meio ao texto oriundas do entendimento da visão do mundo social de quem conduziu a pena.

Isto implica dizer que ela poderá ser refutada em sua totalidade, ou em parte, mediante novos argumentos para o avançar da historiografia da enfermagem.

Cabe ressaltar que foram identificadas lacunas, assim como foram construídos desvios e retomadas durante a narrativa histórica do estudo, como janelas que se abrem para outros espaços ou horizontes e como provocações acadêmicas para novos estudos e reflexões.

Isto posto, as noções de base aplicadas ao estudo não tendem a fechar ou sequer dar por encerrada a discussão do tema, mas sim, abrir espaço para outros debates na enfermagem pelo contexto de gênero, talvez de forma similar como o feminino reclamou e reclama o seu espaço na sociedade.

Seja como for, discutir os dados com a literatura articulado às noções de base foi a possibilidade de responder a uma questão do passado quando, em um dos últimos períodos do meu estágio curricular, vivenciei, durante algumas vezes, o que seria a motivação fundamental para a construção desta dissertação. Por ser o único estudante do sexo masculino do grupo de estágio, majoritariamente composto por estudantes do sexo feminino, o responsável pelo grupo referia-se aos estudantes exclusivamente no feminino.

O presente estudo não só visou responder as minhas próprias inquietudes, direta ou indiretamente, mas possibilitar entender o mundo pela lente de gênero e outras noções.

2.6.1. Gênero

De acordo com Michaelis (2015), gênero, dentre outros significados, está relacionado à especificação de grupos e classes de seres ou objetos de acordo com suas características ou propriedades comuns e; “grupos de seres ou objetos de mesma origem, de iguais ou semelhantes características essenciais ou de uma ou mais particularidades similares”.

Para Scott (1995), o termo é inserido no campo das pesquisas pelo movimento feminista americano na década de 1970, em meio às lutas por direitos civis e igualitários, como maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos e tendo caráter substitutivo a outros termos que estavam fortemente ligados ao determinismo da identidade biológica, como “sexo” e “diferença sexual”.

A ideia de gênero, quando ultrapassa a antiga perspectiva biologicista, é fundada em construções culturais, históricas e sociais, considerando, ainda, questões de raça e etnia, contribuindo para a análise do sistema social vigente.

Durante toda a vida, do nascimento até a morte, homens e mulheres estão inseridos em uma trama de relações às quais são partes do funcionamento das instituições sociais, como família, escola e igreja. A vivência, no cotidiano, permite a construção da identidade de gênero por meio de um conjunto de signos que determina e influencia o modo como meninos e meninas deverão desempenhar seus diferentes papéis sociais. Essa poderia ser uma das explicações para os discursos, por exemplo, que tentam determinar profissões como sendo femininas e outras como sendo masculinas.

Sob esse aspecto, Pereira (2013) chama atenção ao demonstrar a força da influência dos valores socioculturais na formação e construção da identidade de gênero desde a idade mais tenra de meninos e meninas, força tamanha que direciona as mulheres para atividades da vida privada, de “reprodução social” — no exemplo clássico “a dona de casa” —; enquanto aos homens é incumbida a responsabilidade da execução de atividades relacionadas à vida pública, remunerada e tida como de “produção social”, sendo este o “provedor da família”.

Embora as diferentes funções desempenhadas por homens e mulheres pudessem ser vistas como complementares e necessárias para o funcionamento harmonioso da vida em sociedade, o que se constrói, como herança histórica, cultural e social, é uma complexa hierarquização do trabalho, das diversas atividades desempenhadas por homens e mulheres e que tem seu valor relativizado na dependência do gênero do indivíduo executor.

Tal quadro evidencia, de maneira mais contundente, a desigualdade salarial existente entre as profissões ditas femininas e as masculinas, assim como as disparidades entre valorização e reconhecimento social existente quando comparadas áreas profissionais majoritariamente femininas e masculinas.

A necessidade da concepção e construção da ideia de pertencimento ao “masculino” ou ao “feminino”, que é embutido durante a criação da criança, tem como função primeira predeterminar como devem agir homens e mulheres.

É na tentativa de inculcação de comportamentos ditos de natureza “feminina” ou “masculina”, que na verdade são construções sociais dependentes da cultura, do tempo e da história, que determina-se o que Bourdieu denominou de *habitus*.

A preocupação e responsabilidade em pertencer a um grupo (masculino) ou outro (feminino) polariza, e hierarquiza, as relações sociais, fixando-as como binárias. A necessidade de pertencer a um grupo implica negar e excluir o outro, criando mecanismos de distanciamento ao chamado “sexo oposto” (MUROYA; AUAD; BRETAS, 2011).

A denominação “sexo oposto”, naturalizada no discurso do senso comum, carrega de forma inconsciente a inculcação do *habitus* e dá indícios do conflito social, introspectivo e velado, que homens e mulheres vivenciam diariamente em busca de corresponder, e pode-se dizer superar, às expectativas sociais do que é ser homem e do que é ser mulher.

A palavra “oposto” significa “o que é contrário, o que faz oposição e o que é colocado como obstáculo” (MICHAELIS, 2015). Partindo desta significação, e refletindo o uso do termo “sexo oposto”, evidencia-se como as relações de gênero são construídas e vivenciadas no cotidiano de homens e mulheres, de meninos e meninas. De forma polarizada, as relações estabelecem-se de modo concorrente e excludente, gerando diferentes formas de desigualdades e também sendo resultado do cotidiano destas.

Assim como gênero, a sexualidade também é um constructo dependente do contexto social, cultural e histórico no qual o indivíduo está inserido e é por meio dessas experiências, nas diversas dimensões da vida em sociedade, que se molda e se vivencia a sexualidade como componente identitário.

Embora sejam discutidas de maneira dissociadas, gênero e sexualidade são entidades interdependentes uma vez que se conectam no ponto em comum da construção social e como identidade definidora, revelando-se por meio de gestos, discursos, atitudes, posturas, olhares e silêncios. Em suma, no comportamento de cada indivíduo (RESSEL; GUALDA, 2004).

Para refletir a relação entre a sexualidade e gênero é necessário transgredir a ideia de sexualidade como sinônimo de relação sexual, órgão genital ou qualquer outra condição que se aproxime e se limite às condições de erotização da palavra e do indivíduo quando vivencia sua sexualidade.

Note que a palavra “transgressão” foi utilizada de maneira intencional na tentativa de demonstrar que todas as situações anteriormente citadas devem ser consideradas como contidas dentro da sexualidade, mas que não devem ser tidas como fim ou definidoras da sexualidade de ninguém. É neste sentido que Jaques, Philbert e Bueno (2012) apontam a sexualidade como constituída por componentes biológicos — diferença anatômica entre os sexos —, sociais — a execução dos diferentes papéis sociais dependentes do “ser feminino” e “ser masculino” — e psicológicos — representados pela identidade sexual: sexo biológico e orientação afetivo-sexual.

É essa inculcação de pertencimento ao grupo, e conseqüentemente a naturalização das expectativas de comportamento, que norteará o modo de se vivenciar a própria sexualidade. Para Foucault (1988), a sexualidade, enquanto construção social, faz-se presente na formação discursiva das relações entre saber

e poder; relações estas que fundamentam-se na ideia de pertencimento ao gênero masculino ou feminino.

A fim de reforçar a assertiva acerca da correlação entre gênero e sexualidade, tomemos como exemplo uma situação, infelizmente, típica do dia-a-dia que são as trocas de ofensas entre homens e mulheres. Imagine que um homem, na tentativa de denegrir a imagem de uma mulher, durante uma discussão, chame-a de “vagabunda” (no sentido pejorativo da palavra). A denominação, no seu sentido pejorativo, é considerada socialmente ofensiva porque incumbe à mulher um conjunto de características que a afasta daquelas características (sensível, fiel, dócil, gentil, recatada) que são expectadas para o “ser mulher”, desabilitando-a, desta maneira, de pertencer ao gênero feminino, impactando na sua ideia de pertencimento.

No mesmo exercício mental, imagine a mesma situação de discussão, mas agora é a mulher que profere palavras na tentativa de ofender o homem. Para isto, essa mulher chama-o de “broxa” (no sentido de perda brusca e repentina de ereção do pênis). O termo é encarado socialmente como ofensivo porque, assim como no exemplo apresentado anteriormente, carrega consigo um conjunto de características que são contrárias (fraqueza, falta de virilidade, sentimentalismo) àquelas que compõem o universo masculino, o seu gênero.

É desta forma, sentindo-se distante do grupo ou menos pertencente à natureza masculina, que reside a ofensa na palavra, o xingamento. Pode-se ainda perceber nos dois exemplos apresentados, corroborando reflexão anterior, como a sexualidade, e suas várias dimensões de experiência, estão contidas nas questões de gênero, sendo o seu inverso também verdadeiro.

Os dois exemplos anteriores permitem ainda demonstrar que a polaridade entre o masculino e o feminino é tão intensa que qualquer adjetivação diferente daquela que é compartilhada como comum entre o indivíduo e os outros do seu mesmo gênero pode ser considerada como ofensiva, uma vez que o distancia do seu grupo e o aproxima do grupo “oposto”.

Tais adjetivações implicam na identidade do indivíduo, em quem ele é e em quem espera-se que ele seja como ser social. Segundo Campos e Oguisso (2008), identidade implica na atribuição de significados que respaldam os entendimentos e as interpretações que as pessoas têm de si mesmas, do grupo a que pertencem ou do que consomem.

2.6.2. Noções de Bourdieu

Pierre Bourdieu nasceu no ano de 1930, em Denguin, França. Filósofo por formação e sociólogo, a principal característica da teoria formulada por Bourdieu é a contextualização do pensamento científico a partir de múltiplas abordagens em uma combinação de diferentes perspectivas teóricas (VALLE, 2007).

Visualizar o objeto de estudo por diferentes perspectivas possibilita aprofundamento no que tange as diversas tramas existentes no espaço e nos processos sociais onde são mantidas as relações entre os sujeitos, contribuindo para a formulação de críticas e a compreensão dos esquemas sociais construídos e sustentados no convívio em sociedade.

As noções aplicadas a esse estudo são oriundas da Teoria do Mundo Social formulada por Bourdieu. Para tanto, as noções encontradas na discussão são:

1. Campo: lugar de confronto entre agentes que buscam manter ou alcançar posições mais elevadas. Os agentes podem ser indivíduos ou instituições que formam os campos por meio da relação estabelecida entre si com regras específicas de coexistência e manutenção das posições (BOURDIEU, 2004).
2. Luta simbólica: As relações de poder instituídas levam os agentes do campo a buscarem posições mais privilegiadas por meio de uma luta que usa como arma o capital simbólico que cada um possui, como títulos escolares ou ganhos financeiros (BOURDIEU, 1989). O poder simbólico conquistado por esses agentes pelo acúmulo de capital simbólico legitima a imposição de sua visão de mundo para os desprovidos do mesmo poder e, portanto, derrotados na luta simbólica. É tanto na lógica da luta simbólica, como do poder simbólico, que a ordem social é moldada e concebida como natural.
3. Poder simbólico: o poder simbólico é um poder invisível, mas presente na estruturação e organização da sociedade. Arelado ao capital simbólico, que a classe dominante é detentora e por isso o é, o poder simbólico constitui-se do poder de legitimação, e aceito pelos dominados como natural, da realidade e de suas estruturas (BOURDIEU, 1989). O poder da classe dominante, embora real, é dito simbólico no tocante aos símbolos valorizados e de posse do grupo, como o prestígio social, financeiro, acadêmico, entre outros.

4. *Habitus*: é definido por Bourdieu como “capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir” (BOURDIEU, 2002).
5. Capital simbólico: o capital simbólico está relacionado ao ato de ser reconhecido, agente ou instituição, pela autoridade social constituída, construída ao longo do processo de acumulação dos símbolos reconhecidos e valorizados pelo grupo relacionados ao capital social, econômico e cultural (BOURDIEU, 1996).
6. Dominação masculina: violência simbólica existente nos diversos círculos sociais, como escola, família, igreja, entre outros, que determina a naturalização das diferenças sociais entre homens e mulheres pautadas nas diferenças biológicas, fazendo estruturar-se de forma inconsciente a percepção e apreciação das estruturas históricas sob abordagem masculina (BOURDIEU, 2002).

Esta última foi articulada à reflexão de outros autores de forma transversal na abordagem do presente estudo, sendo eixo norteador da discussão.

A apresentação das noções de Bourdieu não se reduz ao dito, pois na discussão elas foram, direta ou indiretamente, visualizadas pela apropriação do texto.

SEÇÃO 3 – RESULTADOS

3.1. Introdução

Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados na investigação no Arquivo Setorial Enfermeira Maria de Castro Pamphiro da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, referente à consulta aos dossiês dos matriculados no período de 1921 a 1942, quando o gênero masculino governou a instituição.

Os resultados oriundos da documentação localizada apontam que no período foram matriculados 702 estudantes, dos quais 127 eram homens, representando 18% do total de estudantes que pertenceram a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

Para a investigação dos dossiês, foram utilizadas como variantes: ano de titulação, idade ao ser titulado, local de nascimento, estado civil, cor e ocupação exercida durante a formação na escola, com posterior tratamento dos dados pela estatística com representação visual correspondente.

Embora tenham sido identificados 127 homens titulados entre 1921 a 1942, foram localizados os dossiês de 123 estudantes. Contudo salienta-se que os registros não encontravam-se organizados de forma uniforme e padrão de modo que alguns apresentavam registros incompletos.

Em relação ainda a incompletude dos registros disponíveis nos dossiês dos estudantes do sexo masculino, destaca-se a distribuição das variáveis que foram possíveis de serem levantadas quando considerado o total de 123 dossiês localizados, com exceção da variável “ano de titulação”, que conseguiu abarcar os 127 estudantes titulados: ano de titulação — 100% —; idade ao ser titulado — 60,6% —; local de nascimento — 49,6% —; estado civil — 40,1% —; cor — 36,2% — e; ocupação que era exercida durante a formação na Escola — 32,2%.

Quando considerados os dossiês localizados das estudantes do sexo feminino, assim como as informações contidas nos mesmos, a completude alcançada das variáveis foi de: ano de titulação — 100% —; idade ao ser titulado — 79,6%; local de nascimento — 69,9% —; estado civil — 64% —; cor — 46,9% — e; ocupação que era exercida durante a formação na Escola — 3,6%.

Ademais, a investigação buscou identificar o efeito da formação masculina, por meio da imprensa escrita à época, sendo realizada consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional que apontou para a ocorrência de 13 notícias

veiculadas nos jornais. Os registros noticiosos apontaram para a posição de poder e prestígio, talvez antes não explorado pelos pesquisadores do campo da História da Enfermagem.

Tal fato pode ser justificado pela formação majoritariamente feminina, bem como pela ideologia que privilegiava a mulher como enfermeira ideal por ser mais dócil e menos gananciosa (PORTO, 2016).

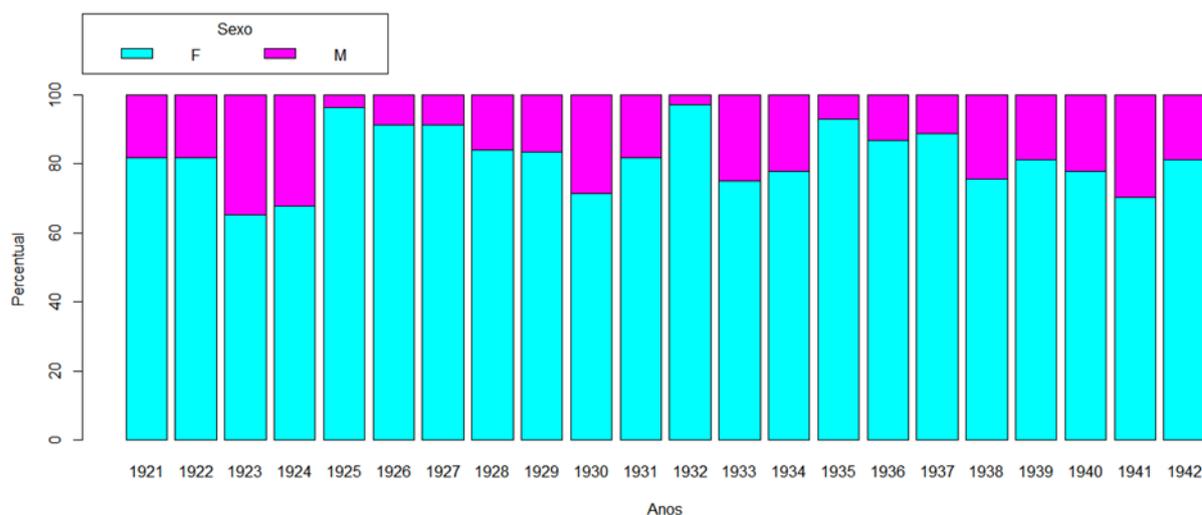
Pensar nessas perspectivas conduzem as discussões sobre a participação masculina, como enfermeiro, na construção da historiografia da enfermagem. Seja como for, a presença dos enfermeiros do sexo masculino é inegavelmente uma das partes de contribuição para a construção da identidade da profissão.

Assim sendo, os resultados a serem apresentados foram organizados da seguinte maneira:

- Perfil dos homens matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras;
- Enfermeiros da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na imprensa escrita no período de 1921 a 1942;
- Síntese da seção

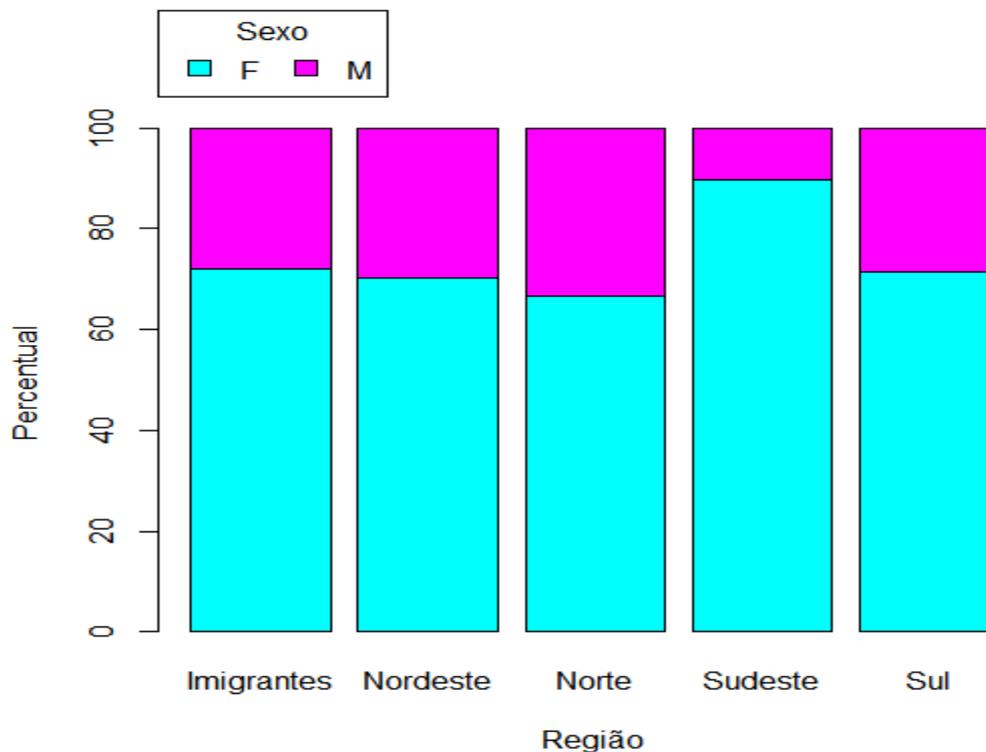
3.2. Perfil dos homens matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras

Figura 1. Distribuição quanto ao ano de titulação dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



No período de 1921 a 1942 foram titulados ao todo 702 enfermeiros pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Desses titulados, 127 eram do sexo masculino. Por meio da Figura 1 percebe-se que, embora a distribuição de estudantes do sexo masculino não tenha sido regular no período estudado, fica evidente que houve maior concentração de estudantes do sexo masculino nas turmas dos anos de 1923 e 1924, com 34,8% e 32,3% respectivamente.

Figura 2. Distribuição quanto ao local de nascimento dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



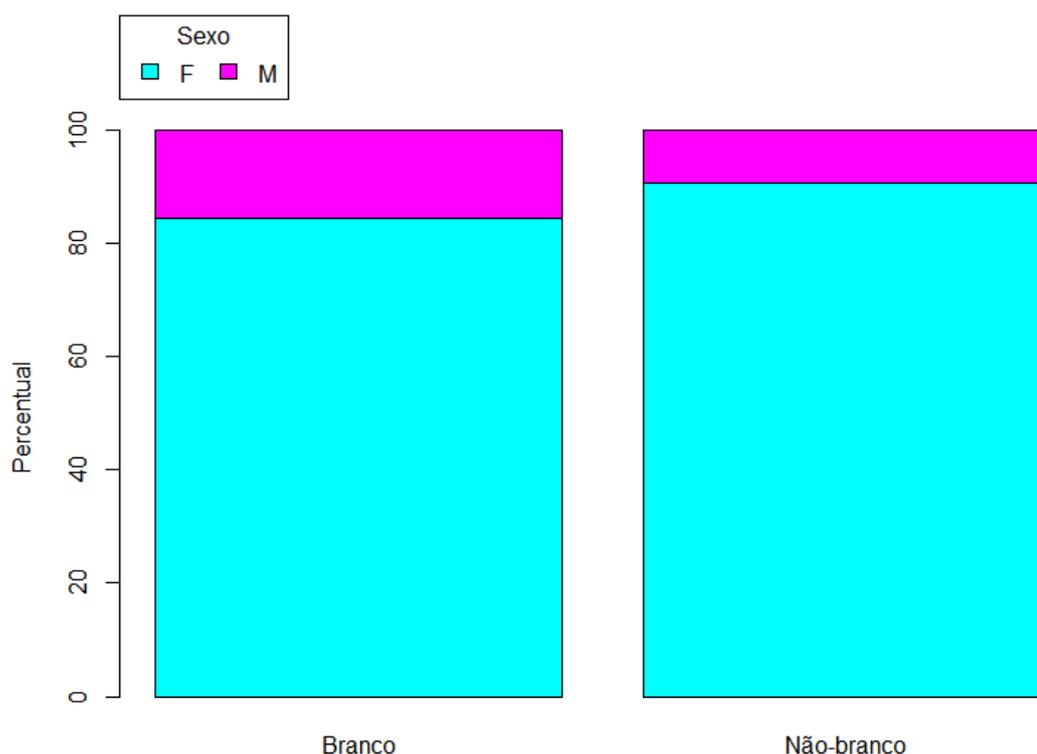
A Figura 2 apresenta a distribuição dos estudantes do sexo masculino segundo o local de nascimento. Pode-se observar que a maior parte desses estudantes era oriunda da região Norte, onde ainda observa-se que havia estudantes estrangeiros.

Quanto ao local de nascimento dos estudantes do sexo masculino, especificamente: 29 nasceram no Rio de Janeiro; 6 em Minas Gerais; 4 estudantes nasceram em Alagoas; 3 no Ceará; 3 no Espírito Santo; 3 em São Paulo; 2 no Maranhão; 2 no Pará; 2 na Paraíba; 2 no Rio Grande do Sul; 1 no Amazonas; 1 na Bahia; 1 em Pernambuco e; quanto aos imigrantes, 1 nasceu em Portugal e o outro não foi possível confirmar o local de nascimento.

Em relação aos locais de nascimento das estudantes do sexo feminino, especificamente: 304 nasceram no Rio de Janeiro; 24 em Minas Gerais; 9 no Espírito Santo; 7 na Bahia; 6 no Ceará; 6 no Sergipe; 4 no Pará; 3 na Paraíba; 3 no Rio Grande do Sul; 2 nasceram no Amazonas; 2 em Pernambuco; 2 em Santa Catarina; 2 em São Paulo; 1 nasceu em Alagoas; 1 nasceu no Maranhão; 1 no Rio Grande do Norte e; das 9 estudantes imigrantes, 3 nasceram na Itália, 3 em

Portugal, 1 nasceu na Rússia e de 2 não foi possível confirmar o local de nascimento.

Figura 3. Distribuição quanto a cor dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.

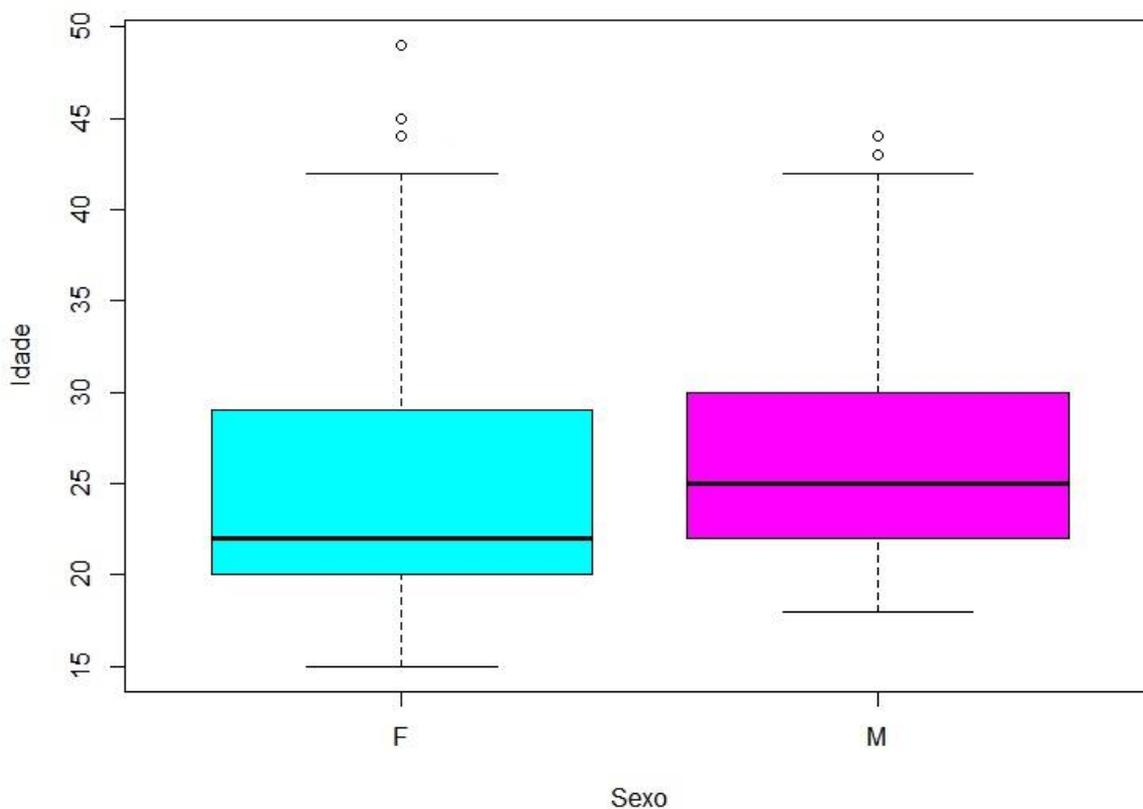


Em relação a variável cor é interessante mencionar que durante a análise dos dossiês dos estudantes do sexo masculino foram localizadas 3 fotos que constavam nas fichas de matrícula. Algumas destas fotos, em relação à cor do indivíduo, destoavam da cor referida nos documentos escritos, de modo que a cor referida pelo estudante no documento era branca e a cor percebida na foto era negra. A Figura 3 apresenta a distribuição segundo a cor registrada nos documentos escritos.

Os documentos analisados não faziam menção à raça, mas sim referência à cor dos estudantes como meio de registro nas fichas de inscrição da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Entre os não-brancos há uma proporção menor de estudantes do sexo masculino (9,3%) quando comparado entre os brancos (15%), não sendo uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0,20$). Desta forma, considera-se que as turmas, entre estudantes do sexo masculino e

feminino, eram compostas tanto de brancos, quanto de não brancos. Entretanto, numericamente, a diferença de cor entre os estudantes do sexo masculino será discutida posteriormente.

Figura 4. Distribuição quanto a faixa-etária dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



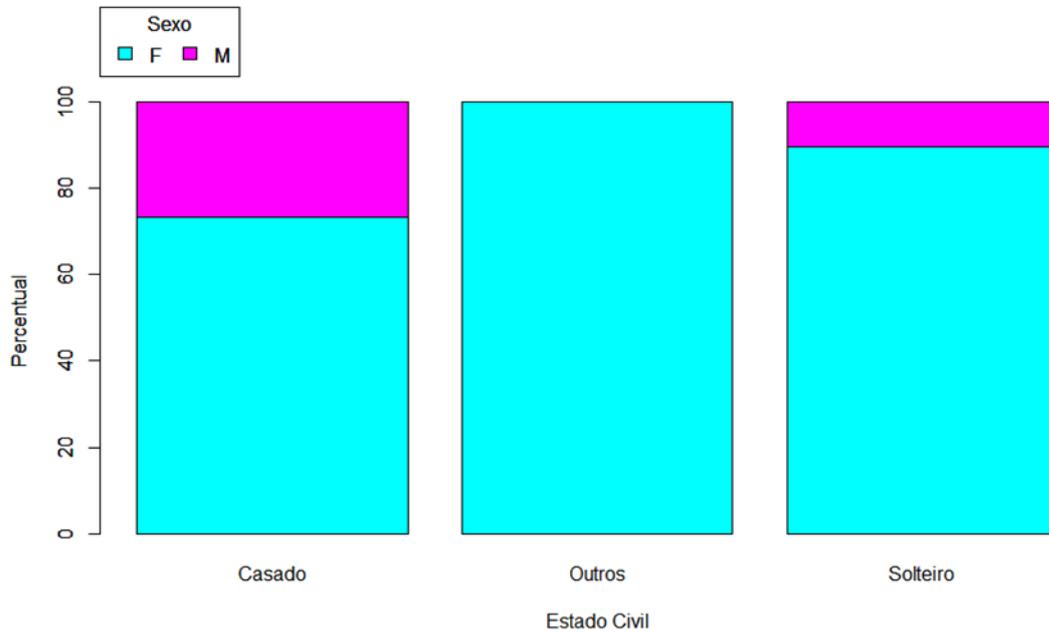
Por meio da análise da figura evidencia-se que os estudantes do sexo masculino, ao serem matriculados na escola, tinham em média 25 anos, com mediana entre 22 anos e 30 anos, apresentando-se desta forma mais velhos, significativamente ($p < 0,005$), do que as estudantes do sexo feminino matriculadas no mesmo período.

Figura 5. Distribuição quanto a ocupação exercida pelos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



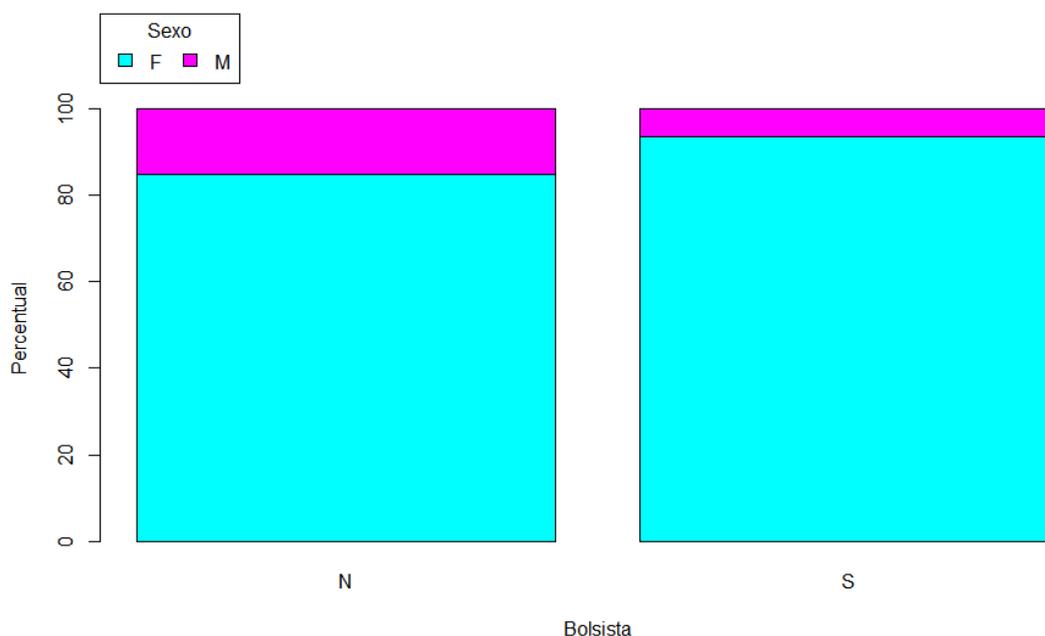
Por meio da Figura 5 constata-se que a maior parte dos estudantes do sexo masculino manteve-se durante a formação na instituição como funcionário do campo militar ou do Hospício Nacional de Alienados (HNA). Na categoria “outros” foram agrupadas ocupações, tais como: doméstica, comerciante, garçom, telefonista e bancário.

Figura 6. Distribuição quanto ao estado civil dos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



A Figura 6 apresenta a distribuição quanto ao estado civil dos estudantes do sexo masculino matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Evidencia-se que a maior parte eram de estudantes casados em relação aos solteiros. A categoria “outros” foi constituída de: separadas, desquitadas e viúvas.

Figura 7. Distribuição quanto a concessão de bolsas aos estudantes matriculados na seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no período de 1921 a 1942.



A Figura 7 apresenta a distribuição quanto a concessão de bolsas aos estudantes, onde evidencia-se que a maior parte dos estudantes do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras manteve-se durante a formação sem o auxílio financeiro da instituição.

3.3. Enfermeiros da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na imprensa escrita no período de 1921 a 1942

De modo a otimizar a leitura dos resultados referentes às buscas na Hemeroteca Digital, as notícias localizadas foram agrupadas no quadro demonstrativo nº 1.

Quadro demonstrativo nº 1 - Notícias veiculadas na imprensa escrita referentes às atividades profissionais dos homens enfermeiros titulados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

Nome dos Enfermeiros	Ano de Titulação	Título e síntese da notícia	Título do Periódico	Data de Publicação	Temática da notícia
Américo Paulo da Cunha	1928	A. B. dos Empregados do Departamento Municipal de Assistência Pública 1º secretário da Associação Beneficente dos Empregados do Departamento Municipal de Assistência Pública	Diário Carioca	18/11/1928	Entidade de Classe Civil
Americo Paulo da Cunha	1928	A Associação B. dos Empregados da Assistência Municipal e a posse de sua nova diretoria Posse como presidente da Associação Beneficente de Assistência Municipal	Jornal do Brasil	17/06/1931	Entidade de Classe Civil
Americo Paulo da Cunha	1928	Foram nomeados na Diretoria Geral de Assistência Posse como enfermeiro na Diretoria Geral de Assistência	Jornal do Brasil	13/06/1933	Instituição de Saúde Civil
Americo Paulo da Cunha	1928	Elogiado pelo “Sindicato dos Enfermeiros Terrestres” o Sr. Irineu Malagueta Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Terrestres faz elogio público	Jornal do Brasil	21/10/1936	Entidade de Classe Civil

Nome dos Enfermeiros	Ano de Titulação	Título e síntese da notícia	Título do Periódico	Data de Publicação	Temática da notícia
Américo Paulo da Cunha	1928	Na Secretaria Geral de Saúde e Assistência Promovido a enfermeiro chefe	Jornal do Brasil	25/06/1937	Instituição de Saúde – sem identificação
Americo Paulo da Cunha	1928	Sindicato dos Enfermeiros Terrestres Procurador do Sindicato dos Enfermeiros Terrestres	Jornal do Brasil	28/03/1939	Entidades de Classe Civil
Americo Paulo da Cunha	1928	A Associação dos Empregados da Assistência Municipal inaugurou seu novo pavilhão Membro de mesa como presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Assistência Pública em comemoração a construção do novo pavilhão da associação	Diário Carioca	26/12/1935	Entidade de Classe Civil
Vicente Ferreira Pacheco	1929	Enfermeiros contratados Contratação como enfermeiro do Hospital Gaffrée Guinle	Jornal do Brasil	08/09/1932	Instituição de Saúde Civil
Vicente Ferreira Pacheco	1929	Foram aprovados no exame de habilitação para enfermeiros militares Aprovação para concurso de enfermeiro do exército	Diário de Notícias	27/08/1932	Instituição de Saúde Militar
Mario Menezes Vieira	1930	Na Secretaria Geral de Saúde e Assistência Contratação como enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde	Jornal do Brasil	01/07/1937	Instituição de Saúde Civil

Nome dos Enfermeiros	Ano de Titulação	Título e síntese da notícia	Título do Periódico	Data de Publicação	Temática da notícia
		e Assistência			
Mario Menezes Vieira	1930	Sindicato dos Enfermeiros Sanitários da Marinha Mercante Associado do Sindicato dos Enfermeiros Sanitários da Marinha Mercante	Diário Carioca	19/12/1935	Entidade de Classe Marinha
Renato Silva Santos	1937	Na Secretaria Geral de Saúde e Assistência Nomeação como enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde e Assistência	Jornal do Brasil	04/06/1938	Instituição de Saúde Civil
Benedito Joaquim Monteiro	1939	Departamento de Assistência Hospitalar Nomeação como enfermeiro do Hospital Miguel Couto	Jornal do Brasil	19/08/1939	Instituição de Saúde Civil

Fonte: Elaborado pelo autor

3.4. Síntese da seção

Os resultados da pesquisa apontaram que para o total de 702 matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, nos desdobramentos das seções “mixta” e feminina, 127 matriculados eram do sexo masculino, o que correspondeu a 18% do total de estudantes matriculados no período de 1921 a 1942.

Houve maior concentração de titulação de estudantes do sexo masculino no período de 1923 e 1924, correspondendo a 34,8% e 32,3% respectivamente.

Sobre o local de nascimento, identificou-se concentração nas regiões Sudeste (10,7%), Nordeste (32,5%), Norte (33,3%) e Sul (28,5%). Em contrapartida, do total de estudantes imigrantes na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, 18% eram homens, sendo um estudante nascido em Portugal e o outro sem ser possível a identificação do local de nascimento.

Referente a cor dos estudantes brancos, 15,6% eram do sexo masculino quando comparado aos não-brancos (9,3%).

Os estudantes do sexo masculino apresentaram-se mais velhos quando comparados às estudantes do sexo feminino, com uma média de idade de 25 anos.

A grande maioria dos estudantes do sexo masculino manteve-se financeiramente por meios próprios visto que do total de estudantes que recebiam auxílio financeiro da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, apenas 6,7% eram homens, enquanto a predominância no sexo feminino era de 93,3%.

Quanto a ocupação dos estudantes, na área militar, 90,9% eram do sexo masculino, assim como 53,8% eram estudantes do sexo masculino que exerceram atividade laboral no Hospício Nacional de Alienados.

Os dados apontaram que dos estudantes casados, 26,7% eram do sexo masculino quando comparados aos estudantes solteiros (10,6%).

No campo da imprensa foram noticiadas 13 publicações em jornais, no período de 1928 a 1939, relacionadas à um dos 5 do total de 127 estudantes do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

Entender que do total de 702 estudantes matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, 18% eram do sexo masculino e esses foram apresentados pela imprensa da época por meio de 13 publicações durante um período de 11 anos (1928 a 1939), o que significou pelo menos 1 publicação por ano, considerando que pela forte idealização da figura-tipo a profissão de

enfermagem era destinada às mulheres, a presença do homem, como enfermeiro, era relevante, bem como sua invisibilidade, de fato, pode carecer na construção historiográfica na História da Enfermagem brasileira.

Portanto, invisíveis eles não eram, até mesmo porque, pelas notícias veiculadas, percebe-se que a ocupação no campo da saúde exercida por eles não era de pouca relevância, considerando terem exercido cargos de presidência em sindicatos e chefia em instituições públicas, funções essas de poder e prestígio, porém em espaços distintos aos que as enfermeiras transitavam, como, por exemplo, a Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras Diplomadas, atual Associação Brasileira de Enfermagem.

Assim sendo, nas seções seguintes se dará a discussão dos resultados mediante as circunstâncias da época.

SEÇÃO 4 – MATIZES DO ENSINO NA ESCOLA PROFISSIONAL DE ENFERMEIROS E ENFERMEIRAS

4.1. Introdução

Nesta seção será discutida as matizes do ensino de forma transversal à alguns aspectos de gênero.

A seção foi organizada em 3 subtítulos:

1. Ensino para a formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras;
2. Seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras;
3. Síntese da seção

Nesta seção será possível identificar a luta simbólica das instituições de ensino em prol da formação majoritária do feminino ao naturalizar seus atributos em detrimento do masculino, além das dificuldades e estratégias encontradas pela governabilidade da escola ao fazer alianças simbólicas para o avanço da formação em enfermagem com interesses, por parte dos médicos, na transição da influência francesa para os ideais da psiquiatria germânica.

A seção também trará à baila o início do possível desvelamento da seção masculina na Colônia de Psicopatas-Homens, atual Colônia Juliano Moreira, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, pautado em dados dos dossiês dos estudantes articulados à literatura e sustentado pelas noções de base do estudo.

4.2. Ensino para a formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, criada no final do século XIX para estudantes de ambos os sexos, tinha em seu conjunto de conteúdos de formação a influência do ensino francês, especialmente os propostos por Bourneville.

Os conteúdos eram compostos pelas seguintes matérias^{9, 10} (BRASIL, 1922):

- Noções práticas de propedêutica;

⁹ À época o termo utilizado.

¹⁰ Foi mantida a grafia original da época.

- Noções geraes de anatomia, physiologia, hygiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiaes a certas categorias de enfermos e applicações balneotherapicas;
- Administração interna e escripturação do serviço sanitario e economico das enfermarias.

Com esse rol de matérias sabe-se que até 1906 uma turma foi titulada pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (MOREIRA, 2010) e, nos anos seguintes, a instituição sofreu intervenções em virtude da assistência prestada no Hospício Nacional de Alienados (MOREIRA, 2002). Contudo, embora não tenha sido outra turma titulada até 1921, deposita-se assertiva de que houve tentativas de formação, considerando as reinaugurações¹¹ da instituição.

Dito isso, afirma-se a existência das tentativas de titulação de novas turmas, porém sem sucesso, o que atribui-se ao contexto intra-institucional e histórico no Distrito Federal.

Os estudantes titulados tiveram uma formação teórico-prática, com aulas teóricas ministradas três vezes por semana no Hospício Nacional de Alienados. As aulas práticas eram ministradas diariamente junto aos alienados na própria instituição. A carga horária prática excedia, e muito, a carga horária teórica, o que infere-se que estava relacionado com o interesse na formação de profissionais com uma capacidade maior para o fazer prático na assistência do que para o saber (SILVA, 2009).

A formação desses estudantes estava sob a responsabilidade dos médicos alienistas que, durante as aulas (práticas e teóricas) transmitiam o que seria de competência do enfermeiro de modo a torná-lo qualificado do ponto de vista ético, técnico e moral da medicina.

Em 1920, período pós-guerra e de Gripe Espanhola, foram criadas a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e o Curso de Enfermeiras da Policlínica de Botafogo, proporcionando uma série de intervenções na assistência do Distrito Federal (NETO, 2011; COURY, 2010). Isto posto, acredita-se que o funcionamento das instituições supracitadas tenha impulsionado os dirigentes do

¹¹ A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras passa por três períodos de reinauguração: em 1897, 1905 e 1921, o que estava relacionado com as mudanças na direção do Hospício Nacional de Alienados e suas reformas (MOREIRA, 1990; SILVA; SILVA JUNIOR, 2006).

Hospício Nacional de Alienados a retornarem à ideia de reativação da instituição de ensino.

Pensar nessa perspectiva é direcionar ao estudo referente ao período de 1919 a 1925 (PORTO, 2007) quando explicações são atribuídas a esse respeito, a saber: na época houve aliança simbólica com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores para a reserva de verba pública de modo a impulsionar a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, quando a instituição foi desdobrada em 3 seções: “mixta”, masculina e feminina.

A seção feminina funcionou na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, e teve por patrono o ministro Alfredo Pinto Vieira de Melo — bacharel em direito e jurista —, o mesmo que deu nome a escola — Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto — o que entende-se como ato de gratidão. Ademais, ele assinou e pediu publicação da Portaria nº 1 de 1921 para o desdobramento e novo regimento de funcionamento da instituição (MOREIRA, 1990).

Com o novo regimento, conteúdos foram ajustados para compor as novas matérias de formação dos estudantes na instituição, a saber: Noções Gerais de Anatomia, Noções Gerais de Fisiologia, Noções Práticas de Propedêutica Clínica, Noções Gerais de Higiene, Noções de Pequenas Cirurgias, Curativos e Aparelhos, Tratamentos especializados e Balneoterapia, Administração Interna, Escripção do Serviço Sanitário e Econômico das Enfermarias (SILVA, 2009).

Assim sendo, no período de 1921 a 1942, 127 homens foram titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, 34,8% e 32,3% nos anos de 1923 e 1924. Argumenta-se que os percentuais, que representam a maior incidência de titulação de estudantes do sexo masculino nos ditos anos, estão relacionados à demanda reprimida dos anos ausentes da formação, considerando que parcela majoritária dos estudantes era de funcionários do Hospício Nacional de Alienados ou da área militar.

Os dados relacionados à ocupação dos estudantes do sexo masculino fez ver e crer o cumprimento do Decreto de criação da instituição, em 1890, para a formação de profissionais de enfermagem para os espaços civis e militares sem distinção de sexo, mas com predomínio da formação feminina.

Ao se comparar a ocupação exercida por estudantes do sexo masculino e feminino, surgiu a categoria “outros”, em que o predomínio, no sexo feminino, eram de empregadas domésticas, enquanto no sexo masculino, de comerciantes.

Entender tais ocupações pelo feminino nos direciona ao objetivo de formação da Cruz Vermelha Brasileira que afirmava se tratar de inserir a mulher no espaço produtivo financeiro, pois muitas sustentavam seus lares com afazeres de venda de comida, costura, faxina, dentre outras, e profissionalizá-las em prol dos cuidados a serem prestados nas instituições de saúde era uma das possibilidades de sua inserção na vida pública (PORTO, 2007).

Cabe lembrar que a década de 1920 foi fortemente influenciada pelo movimento sufragista, liderado por Bertha Lutz, associado à ideologia de figura tipo-ideal de enfermeira pelos atributos naturalizados como essenciais para a atividade de enfermagem. Isso reforçava o discurso a favor de candidatas, por exemplo, para a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e para a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, atual Escola de Enfermagem Anna Nery, criada em 1923 pela adoção da influência do ensino norte-americano reconfigurado ao da instituição de ensino criado por Florence Nightingale na Inglaterra (PORTO, 2007).

Com a reconfiguração das matérias da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras pela Portaria nº 1 de 1921, a governabilidade da instituição permaneceu sob a égide dos médicos que ideologicamente ensinavam aos estudantes de enfermagem.

Ainda sobre o ensino, não podemos deixar de citar a obra do médico Adolpho Possolo intitulada “Curso de Enfermeiros” (POSSOLO, 1920). Nela, o autor afirma que o livro foi organizado para atender ao ensino da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Além disso, o livro apresentava em seu prefácio vários indícios sobre a existência de outros cursos de enfermagem e a necessidade de formação de profissionais qualificados para atender as instituições de saúde.

Destaca-se mais uma vez que a Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, por meio do curso, funcionava desde 1914 e seu dirigente, o médico Getúlio dos Santos, também publicou um livro intitulado “Livro do Enfermeiro e da Enfermeira” (SANTOS, 1928), porém com datação anterior ao de Adolpho Possolo, considerando a 1ª edição do livro lançado em 1916.

Em ambas as obras, apesar dos títulos apresentarem o termo “enfermeiro”, seus conteúdos versavam sobre a preferência pela enfermeira em detrimento do enfermeiro, salvo exceção para o atendimento em hospícios, quando os atributos masculinos poderiam ser de serventia.

Outro argumento em detrimento da escolha do enfermeiro era que dotar o homem do conhecimento da Enfermagem poderia fomentar o surgimento de charlatões e falsos médicos dada a ganância dos indivíduos do sexo masculino. Isso aponta para a preocupação, por parte dos médicos, da competição no campo de trabalho e que, portanto, reforçavam a premissa de que as mulheres seriam as mais adequadas ao exercício da enfermagem por sua docilidade e demais características naturalizadas.

Em 1929, a instituição de ensino implantou o que hoje considera-se a primeira “pós-graduação”: o Curso de Visitadoras Sociais (SILVA JUNIOR, 2012). Isso pode ser explicado na adequação do termo atualmente utilizado de “graduação” para “bacharel em Enfermagem” e “pós-graduação” no sentido de qualificação.

Arrisca-se no anacronismo para elucidar o entendimento, considerando que as escolas/cursos de enfermeiros/enfermeiras não encontravam-se nas universidades à época, mesmo diante do argumento que a Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery teria sido incorporada pela Universidade do Brasil, em 1932. Contudo, ela era unidade complementar e não acadêmica.

Celeumas à parte, o entendimento do termo “pós-graduação” é porque o Brasil carecia de cursos pós-graduação de enfermagem. Isto não quer dizer que as enfermeiras não se qualificavam após o término do curso de enfermagem. Exemplo disso eram as enfermeiras tituladas pela Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery que, por meio da Fundação Rockefeller, faziam intercâmbio na América do Norte para que pudessem dar continuidade aos estudos pós-graduação, bem como as oriundas da Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira que continuavam seus estudos na Europa (PORTO, 2007).

A partir de 1929¹², o currículo da escola passou a ser composto pelas seguintes matérias: Noções Gerais e Ciências Físicas e Naturais; Noções Gerais de Anatomia e Fisiologia; Noções Gerais de Higiene e Patologia (Enfermagem

¹² A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras passou por reestruturação do currículo nos de 1926 e 1927. Entretanto, até o momento, só foram encontrados os conteúdos curriculares do ano de 1929 (SILVA, 2009).

Elementar); Administração e Organização Sanitárias, “Ética na Enfermagem”, no primeiro ano e; Noções Práticas de Propedêutica Clínica e Farmácia; Técnica Terapêutica Geral e Especializada, Dietética e Enfermagem Médica; Noções Práticas de Pequena Cirurgia, Ginecologia, Obstetrícia e Enfermagem Cirúrgica; e Noções de Medicina Social, Serviços de Assistência Médico-Social (SILVA, 2009).

Embora as diferentes turmas tituladas pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras tenham experimentado, ao longo da formação, mudanças nas matérias lecionadas, o que buscava acompanhar as novas descobertas e necessidades no campo da saúde, conservou-se um ensino técnico e mecanicista marcado pela supremacia médica delimitadora daquele que deveria ser o conhecimento dos futuros enfermeiros titulados pela escola (SILVA, 2009).

O perfil de homens que ingressou na enfermagem por meio da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras não ficou alheio às influências impostas pela efervescência política e científica da década de 1920 — oriundas principalmente da reforma sanitária de Carlos Chagas e do aumento no número de estabelecimentos destinados aos alienados que acompanhou a tendência da medicalização da loucura —, época que empreendeu modificações também na estrutura relacional dos indivíduos, entre outras coisas que serão discutidas mais adiante de maneira a aprofundar os resultados alcançados pela pesquisa.

Mediante o exposto, cabe lembrar que a delimitação do estudo encontra-se na formação do enfermeiro. Isso implica que o estudo não se comprometeu na qualificação dos enfermeiros, mesmo diante da discussão.

4.3. Seção “mixta” da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras

Como dito anteriormente, embora houvesse 3 seções na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, o presente estudo deteve-se na seção “mixta”, considerando que a feminina era exclusiva para as estudantes do sexo feminino, com funcionamento na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro e; a masculina, até o momento, carece de registros de sustentação da sua existência e funcionamento. Desta forma, a matrícula dos estudantes do sexo masculino era realizada na seção “mixta” da instituição.

A seção “mixta” funcionava no Hospício Nacional de Alienados, o que não descartava a realização de aulas também no Engenho de Dentro, embora acredita-

se que, nesse caso, as aulas para os estudantes do sexo masculino eram separadas das estudantes do sexo feminino.

Em síntese, a seção feminina funcionava na Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro por ser esta a instituição destinada a assistência das alienadas do sexo feminino, o que respeitava a moralidade à época quanto ao cuidado com o corpo.

Nessa lógica, embora com fragilidades na linha de raciocínio por carência de evidências mais concretas, infere-se que a seção masculina deveria funcionar na Colônia de São Bento ou na Colônia Conde de Mesquita, ambas colônias agrícolas localizadas na Ilha do Governador e que recebiam alienados do sexo masculino indigentes transferidos do Hospício Nacional de Alienados (VENANCIO, 2011). A seção “mixta” manteve seu funcionamento no próprio hospício.

A estratégia de desdobramento institucional parece ter seguido a influência da psiquiatria germânica adotada por Juliano Moreira, desde o início dos anos de 1900, quando assumiu a direção do Hospício Nacional de Alienados (1903), mas com dificuldade de entendimento do corpo médico da instituição. Assim sendo, com o desdobramento da escola, Gustavo Riedel, seu discípulo, assumiu a governabilidade da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, implantando naquele espaço a seção feminina da escola (MOREIRA, 1990).

Isso aponta para além do problema da superlotação no Hospício Nacional de Alienados, que transferia alienadas do sexo feminino para a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, tendo em outro espaço geográfico e institucional a aplicação do conhecimento psiquiátrico germânico adotado por Juliano Moreira e também difundido por Gustavo Riedel na Colônia.

Logo, a expansão dos espaços destinados ao tratamento dos alienados fazia parte das reformulações propostas pelo então diretor do Hospício, Dr. Juliano Moreira que, baseado na psiquiatria germânica, visava proporcionar maior sensação de liberdade aos doentes na tentativa de deixá-los mais receptivos ao tratamento (ESPÍRITO SANTO, 2007).

A Colônia do Engenho de Dentro, sob a direção de Gustavo Riedel, após reformas físicas e estruturais, passou a abrigar as alienadas indigentes transferidas do Hospício Nacional de Alienados. Gustavo Riedel demonstrava certa preocupação quanto as profissionais de enfermagem que ali prestavam assistência as alienadas.

Em 1921, obras foram iniciadas na Colônia de Psicopatas-Homens — atual Colônia Juliano Moreira, localizada em Jacarepaguá — com inauguração em 1924 (VENANCIO, 2011). Isto oferece indícios que podem explicar a maior concentração de titulados do sexo masculino nos anos de 1923 e 1924, como já demonstrado anteriormente.

Seja como for, mesmo diante de fortes vestígios pela lógica racionalizada, ainda entende-se que é frágil a assertiva de que a seção masculina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras tenha funcionado.

Ainda em relação a isso, é preciso considerar que a primeira turma de enfermeiras da seção feminina foi titulada em 1921 (ESPÍRITO SANTO, 2007), correspondendo às expectativas de seus idealizadores e incentivadores, como o Dr. Gustavo Riedel, Dr. Juliano Moreira e Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo. Além disso, ainda no mesmo ano, titulava-se a primeira turma da seção “mixta” (MOREIRA, 1990).

Em 1924, a Colônia de Psicopatas-Homens é finalmente inaugurada, a seção feminina já titulava a sua quarta turma, assim como a seção “mixta”. Dessa forma, infere-se que o pleno funcionamento das duas seções, assim como o atendimento das expectativas de seus idealizadores aliado à escassez de recursos econômicos para maiores investimentos na Colônia de Psicopatas (VENANCIO, 2011) pode ter contribuído para que a instalação da seção masculina não tenha sido concretizada, permanecendo em funcionamento a Escola Profissional de Enfermeiras Alfredo Pinto — seção feminina — e a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras — seção “mixta”.

Como pode-se identificar até o momento, foi mantido o posicionamento de não afirmar que a seção masculina tenha funcionado, apenas apresentar indícios. Assim sendo, fica a esperança de que novos documentos históricos possam ser descobertos para a construção da assertiva de funcionamento da dita seção.

4.4. Síntese da seção

Como exposto, as matizes para a formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras perpassou reinaugurações e a reconfiguração de matérias para formação de profissionais no início da década de 1920 com apoio do ministro da Justiça e Negócios Interiores que tornou-se patrono da seção feminina

da escola. Nesta década, a escola evidenciou seu propósito para a formação de profissionais de enfermagem para hospitais e hospícios civis e militares, antes criticada pela ausência de efeito no campo da saúde.

A seção “mixta” abrigou a matrícula dos estudantes do sexo masculino e feminino. A seção masculina aponta para vestígios de sua existência, antes desconsiderados nas pesquisas. Contudo, por falta de evidências mais concretas, mantém-se o mesmo posicionamento de pesquisas anteriores que versaram sobre o tema. Entretanto, permite-se no presente estudo deixar pistas para que novas investigações possam ser realizadas e, quiçá, consigam a prova cabal do funcionamento da seção masculina na formação de enfermeiros.

SEÇÃO 5 – GÊNERO NA SAÚDE E ENFERMAGEM

5.1. Introdução

A presente seção apresenta a discussão tendo como eixo condutor o discurso de gênero no campo da saúde e da enfermagem. Assim sendo, ela foi organizada nos seguintes subtítulos:

- Masculino no campo da saúde;
- Feminino na enfermagem;
- Masculino na enfermagem;
- Síntese da seção

No desenvolver dos subtítulos, foi discutido a presença do homem no campo da saúde como idealizador, governante e professor no ensino da enfermagem. A dominação masculina, no campo da saúde, mostra-se ainda mais profunda na enfermagem quando um homem torna-se patrono institucional da escola de enfermagem, mesmo diante do detrimento da figura masculina como enfermeiro e a exaltação da enfermagem como campo feminino.

A discussão de gênero, com ênfase no masculino, irá mostrar e explicar, mais uma vez, as causas de seu detrimento e as suas viradas, mesmo que ainda pouco expressivas, nos espaços sociais da enfermagem.

5.2. Masculino no campo da saúde

Ratifica-se que a maior concentração de estudantes do sexo masculino na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras deu-se nos anos de 1923 e 1924, quando compunham 34,8% e 32,3%, respectivamente, da turma, período esse que antecedeu a formação da primeira turma de enfermeiras da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, o que pode justificar a maior concentração de estudantes do sexo masculino nos anos supracitados.

O Departamento Nacional de Saúde Pública foi criado pelo Decreto nº 3.987 de 02 de janeiro de 1920 (BRASIL, 1920) para fazer frente aos problemas de saúde enfrentados pela população, buscando ampliar a participação do governo no combate às endemias no contexto das condições de higiene e salubridade no país.

De maneira específica, era de incumbência do Departamento Nacional de Saúde Pública: a realização de pesquisas de interesse no campo da saúde pública;

a elaboração de estatísticas demográfico-sanitárias; a operacionalização da profilaxia rural em todo o país; a organização do Código Sanitário e; a fiscalização do exercício da medicina, obstetrícia e arte dentária (BRASIL, 1920).

Embora estruturado e idealizado por um grupo de homens, em sua maioria médicos sanitaristas representantes da hegemonia do conhecimento médico sanitário, a mulher ganhava espaço no contexto, sobretudo, pela incorporação do trabalho feminino como via para o aparelhamento econômico do país, participando das transformações operacionalizadas pela Saúde Pública no papel de enfermeira visitadora (MASCARENHAS; MELO; SILVA, 2016).

Pelo Decreto nº 14.354 de 15 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920), a Escola de Enfermeiros, vinculada à Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, tornou-se responsável pela formação das enfermeiras visitadoras, garantindo-lhes o conhecimento necessário para a educação sanitária da população e a vigilância dos indivíduos doentes. Contudo, segundo Ayres (2012), ainda assim, essas enfermeiras tinham pouco conhecimento de enfermagem e uma formação de baixa qualidade.

Independente da qualidade da formação, pois carecemos de exame perscrutado para este tipo de discussão, trazemos à baila o aspecto de gênero dos idealizadores.

Em outras palavras, na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, os médicos psiquiatras foram os idealizadores e governantes da instituição de ensino, bem como docentes. Tal fato não ocorreu de forma distinta para o ensino na Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública.

O interesse de Carlos Chagas na liderança da Reforma Sanitária também, direta ou indiretamente, fez idealizar o ensino de enfermagem da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, onde também os médicos sanitaristas ministravam aulas. Isto aponta para interesses no campo da saúde.

Se na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras os médicos idealizaram, governaram e ministraram aulas, na Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública isto não ocorreu de forma totalmente distinta, tanto que a escola de enfermagem de Minas Gerais — Escola de Enfermeiras Carlos Chagas — tem o líder da Reforma Sanitária como patrono (SANTOS; MARQUES, 2015).

Neste momento, alguns podem questionar o motivo de trazer à tona a escola que tem como patrono Carlos Chagas. Justifica-se a inserção de tal escola na

discussão em virtude do apoio (in) condicional de Carlos Chagas para a implantação da enfermagem moderna, o que também atenderia aos interesses da Reforma sob sua liderança.

Para tanto, entende-se em linhas gerais como luta simbólica no campo da saúde, por meio da assistência psiquiátrica e pública, que as escolas de enfermagem foram usadas como celeiro de formação de agentes de luta para os interesses do campo.

Considera-se que possa estar aí uma das explicações da adoção da enfermagem norte-americana, com sua ideologia de exclusão do masculino, por assim ter sido mais fácil as manobras simbólicas no campo da saúde pública, considerando outros aspectos que referem-se às relações internacionais entre Brasil e Estados Unidos da América, especialmente após a I Guerra Mundial.

A cooperação entre o governo brasileiro e a Fundação Rockefeller, influenciado pelo exitoso trabalho desenvolvido por Carlos Chagas como diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, viabilizou a organização não somente da Saúde Pública, como também a estruturação do ensino de enfermagem que até então estava vinculado à Escola de Enfermeiros da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose

Carlos Chagas aproximou-se do modelo de enfermagem norte-americano durante viagem aos Estados Unidos da América a convite da Fundação Rockefeller, onde apropriou-se da organização de trabalho das enfermeiras nos serviços de propaganda sanitária, influenciando, em 1921, no Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação e o governo brasileiro para a estruturação do Serviço de Enfermagem no Brasil (Mascarenhas, 2013).

O capital político, cultural e científico de Carlos Chagas, acumulado como sanitarista e diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, o fez ser o porta-voz autorizado da saúde pública estruturada no Brasil, o que, segundo Bourdieu (2004, p.167) porta-voz é aquele "investido do pleno poder de agir e de falar em nome do grupo que ele produz pela magia do slogan, da palavra de ordem, da ordem e por sua simples existência enquanto encarnação do grupo".

Não à toa, pode-se inferir que o convite feito a Carlos Chagas para a viagem aos Estados Unidos da América conferiu à Fundação Rockefeller a influência necessária para que pudesse tomar para si a responsabilidade da organização do

serviço de enfermagem no Brasil, uma vez que contava com o apoio do porta-voz autorizado da Saúde Pública brasileira.

5.3. Feminino na enfermagem

A cooperação técnica com a Fundação Rockefeller teve início especificamente em 2 de setembro de 1921 com a chegada, ao Brasil, da enfermeira norte-americana Ethel Parsons, responsável por organizar a nova escola de enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública e implantar o serviço de enfermeiras de Saúde Pública no país (ARAÚJO, 2011).

A constatação de Parsons sobre a inexistência de escolas de enfermagem no Brasil que atendessem aos padrões norte-americanos de formação, assim como da imagem negativa da enfermeira e do trabalho da enfermagem perante a sociedade, tanto médica, como não médica, levou a duas proposições: a instalação e organização de uma escola de enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública e a elaboração e divulgação de um panfleto, junto com Carlos Chagas, enaltecendo a imagem da “enfermeira moderna” (MASCARENHAS; MELO; SILVA, 2016).

A nova estrutura de formação em enfermagem empregada por Parsons no Departamento Nacional de Saúde Pública imputou modificações em relação à Escola de Enfermeiros da Inspeção de Profilaxia da Tuberculose, a começar pela própria nomenclatura: Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (AYRES, 2012). A nova flexão de gênero na denominação da escola já indicava seu público alvo.

A proposta de formação exclusivamente de mulheres da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública seguia a lógica das habilidades inerentes ao gênero, quando o cuidado era aptidão feminina. Entretanto, Ayres (2012) relata que a intenção na formação de mulheres no campo da Saúde Pública denotava o desejo à manutenção da hegemonia médica e masculina no campo, logo, a submissão da mulher enfermeira, apoiado no *habitus* dos agentes envolvidos (BOURDIEU, 2002).

A enunciação pública da enfermeira por meio dos panfletos idealizados por Parsons e Carlos Chagas com a mensagem: “O Brasil precisa de enfermeiras e convida-vos ao desempenho do maior serviço que uma mulher bem prendada e

educada pode prestar - a assistência inteligente e piedosa aos doentes” (MASCARENHAS; MELO; SILVA, 2016), de forma sutil, prenunciava o convite às futuras estudantes da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, enfatizando o público alvo: as mulheres.

Pode-se notar ainda, especificamente no trecho que diz “assistência inteligente e piedosa aos doentes”, que a mensagem contida no panfleto evoca a valorização da profissão, e da própria mulher, quando utilizou a palavra “inteligente” para adjetivar a assistência que deveria ser prestada pela enfermeira, supostamente na tentativa de fazer mudar a concepção negativa tida pela população em relação à profissão e as enfermeiras.

Contudo, logo em seguida, no mesmo trecho da mensagem, foi utilizada a palavra “piedosa”, de modo a, mais uma vez, adjetivar a assistência que seria prestada pela enfermeira, conferindo um caráter caritativo e religioso ao trabalho da enfermagem, nesse ponto diferenciando-o daquele executado pelos médicos, o qual incumbe ao *habitus* masculino: o trabalho intelectual, ligado à ciência, a produção de conhecimento e a posição de liderança.

Quanto a isso, considerando a lógica binária opositiva existente entre o masculino e o feminino, tanto na divisão sexual do trabalho, como na social, a divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas e de representação (BOURDIEU, 1999, p. 60). Desta forma, diferente da atividade produtiva exercida pelos homens, cabe à mulher as atividades de reprodução, essas julgadas de menor valor por não representarem acúmulo de capital social ou simbólico.

Embora a adjetivação da assistência como “inteligente” e “piedosa” no panfleto idealizado por Parsons e Carlos Chagas possa ter sentido dúbio, já que são palavras que denotam entre si oposição, quando consideradas sob a ótica da divisão sexual do trabalho, intencionou-se, naquele momento, dois objetivos: melhorar a imagem da enfermagem na sociedade e conseguir a aceitação, por parte dos médicos sanitaristas, das enfermeiras já que, como apontam Mascarenhas, Melo e Silva (2016), os médicos do Departamento Nacional de Saúde Pública não compreendiam o papel da enfermeira titulada.

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública iniciou suas atividades em 19 de fevereiro de 1923, titulando suas primeiras estudantes em 1925 (FREIRE; AMORIM, 2008). Exclusivamente para mulheres, no entendimento

de que a profissão necessitava das habilidades femininas para ser exercida, como sutilmente já havia sido anunciado no panfleto de 1921, a escola, com o poder imbuído pelo apoio do governo, representado por Carlos Chagas, tentou formar um novo modelo profissional de enfermagem, quer seja, a exercida exclusivamente por mulheres sob os auspícios da enfermagem norte-americana.

Portanto, infere-se que o investimento realizado pela Fundação Rockefeller na organização e instalação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, bem como o apoio e aprovação do governo brasileiro às mudanças orquestradas por Parsons, como a criação de uma escola de enfermagem exclusivamente feminina, contribuíram para que houvesse uma maior concentração de estudantes homens na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras nos anos de 1923 e 1924, anos estes em que a Escola de Enfermeiras encontrava-se em funcionamento e em plena atividade de captação de futuras estudantes.

De acordo com Bourdieu (2004), o Estado é o detentor do monopólio da violência simbólica legítima, ou mais precisamente, um árbitro na luta por esse monopólio. O uso do panfleto idealizado por Parsons e Carlos Chagas, além de enaltecer a imagem da enfermagem, enfatiza a preferência pela atuação da mulher o que, de certa forma, pode ter representado a diminuição no número de mulheres na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras — por conta da criação da Escola do Departamento Nacional de Saúde Pública —, colaborando, de forma inversa, para a maior concentração de estudantes homens nos anos anteriormente citados.

5.4. Masculino na enfermagem

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras destaca-se como instituição de formação mista, que continuou a desempenhar a função do ensino para homens e mulheres que tinham a intenção de exercer a enfermagem como profissão. Se por um lado a mulher tinha matrícula livre nas escolas de enfermagem estimulado pelo discurso das habilidades inerentes ao sexo feminino, o homem, por outro lado, encontrou oportunidade na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras para a formação e entrada no campo como enfermeiro titulado.

Quando comparado a região de nascimento dos estudantes, a maior parte dos estudantes do sexo masculino eram nascidos na região Norte do Brasil, como pode ser observado pela Figura nº 2 da Seção 3.

Embora tenha se adotado neste estudo a indicação de local de nascimento dos estudantes pela alocação em regiões, de modo a otimizar a representação gráfica da variante, cumpre-se mencionar que a divisão regional do território brasileiro em cinco regiões, atualmente conhecida, só foi possível a partir de 1970 pelo Decreto-Lei nº 67.647, de 23 de novembro (CONTEL, 2014).

O desenvolvimento da região Norte se deu, principalmente, por meio da extração do látex, matéria-prima da borracha, extraído das seringueiras tão comuns na região. O látex já era utilizado pelos índios na impermeabilização de materiais e confecção de combustíveis e tochas, no que demonstravam grande conhecimento (PONTES, 2014).

Talvez por esse conhecimento na extração do látex, assim como da região dos seringais, que os índios tenham sido a primeira mão-de-obra na extração da matéria-prima, sendo substituídos, posteriormente, pela entrada massiva dos nordestinos estimulados, sobretudo, pela expansão do comércio de borracha demandado pelo setor automobilístico nos Estados Unidos da América e Europa.

Além disso, deve-se considerar o estímulo dado pelo governo federal ao fluxo migratório de nordestinos em direção à região Norte durante o período de secas, entre os anos de 1887 e 1890, e a construção de estradas que facilitaram o deslocamento dos trabalhadores até os seringais e o escoamento da mercadoria (PRATAS; BACHA, 2011).

O considerado “Ciclo da Borracha” assegura, até 1910, a expansão e o desenvolvimento da região Norte, sendo atrativo para imigrantes brasileiros e estrangeiros como possibilidade de enriquecimento e crescimento social, o que era discurso de propaganda dos seringalistas. A extração do látex era alternativa para àqueles trabalhadores que repeliam a ideia de trabalhar nos cafezais por considerá-lo como atividade para escravos (PONTES, 2014).

A partir de 1910, com o crescimento da competição no mercado internacional pelo látex extraído nas colônias inglesas, a matéria-prima brasileira perde espaço, ocasionando o declínio socioeconômico da região Norte, assim como dos trabalhadores que migraram para a região em busca de trabalho e ganhos.

Para os indivíduos que não conseguiram retornar à cidade natal, restou o trabalho na coleta de castanhas, na garimpagem, pecuária e extração de óleos e madeira. Outros migraram rumo a crescente demanda das lavouras de café nas regiões Sul e Sudeste, além das oportunidades ofertadas pelo desenvolvimento da Capital do país em prol da melhora da imagem do Brasil no exterior (SOUZA; LINDO, 2009).

Tal fluxo migratório coaduna com os resultados alcançados no presente estudo quando identifica que os estudantes do sexo masculino matriculados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras eram nascidos, em sua maioria, em cidades da Região Norte e Nordeste, quando comparados às estudantes do sexo feminino matriculadas na instituição.

A região Sudeste, que à época abrigava o Distrito Federal, o Rio de Janeiro, era o centro político, econômico, social, cultural e educacional do Brasil, o que influenciava os comportamentos, valores e atitudes dos brasileiros (SILVA, 2009).

Além disso, concentrava os maiores esforços e investimentos em prol do saneamento das cidades e a melhoria da saúde da população, demandando trabalhadores que estivessem aptos ou ao menos dispostos a ocupar tais postos de trabalho. É preciso lembrar que a cidade enfrentava inúmeras epidemias provocadas pela urbanização e crescimento populacional acelerado, além do processo de industrialização e imigração da época. Como cidade portuária, era via de acesso para a importação e exportação de produtos comercializados, representando a porta de entrada do país.

A resolução destes graves problemas à saúde era prioritária na busca do desenvolvimento da cidade e do país na tentativa de melhorar a imagem do Brasil no exterior. O modelo bacteriológico, implantado pela Reforma Carlos Chagas, alterou não somente o processo administrativo de gestão da saúde, como também ocasionou modificações no processo de formação em enfermagem (SILVA, 2009).

Outro fato que pode ser observado é que entre os estudantes do sexo masculino existiam indivíduos que não eram brasileiros. Dos estrangeiros só foi possível identificar a nacionalidade de um, que era português. Espírito Santo (2012) corrobora com estudo que evidenciou que 60% dos estudantes da primeira turma da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1905) eram de imigrantes.

Cabe destacar que a abolição da escravatura estimulou a entrada massiva de imigrantes em busca do trabalho assalariado nas lavouras, principalmente as de

café. A inserção do branco europeu na dinâmica da sociedade brasileira, por meio da educação e da formação profissional, foi condição indispensável para o “embranquecimento social”¹³ influenciada pelas ideias eugênicas que justificaram-se, sobretudo, pela miscigenação do povo brasileiro (CHALHOUB, 1996).

De acordo com a análise dos dossiês e dos documentos constantes, do total de estudantes brancos nas turmas, 15% eram do sexo masculino. Como já mencionado anteriormente, os documentos e descrições não faziam menção à raça, mas sim a cor dos estudantes da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

Faz-se necessário uma breve reflexão a respeito de raça e acerca das diferenças existentes entre “cor” e “cor de pele”. O primeiro, segundo Guimarães (2011), diz respeito a um conjunto de traços físicos — junto com tipo de cabelo, formato de nariz e lábios —, como também acrescido de traços culturais, como “boas maneiras” e o conhecimento da cultura europeia que funcionaria para determinar o gradiente evolutivo na escala de embranquecimento da população.

A “cor de pele” seria uma possível solução para disfarçar as formas raciais de classificação uma vez que a coloração da pele é um dado natural (GUIMARÃES, 2011). A classificação por coloração da pele é a forma que melhor distingue os indivíduos brancos dos de outras cores, evitando os equívocos do embranquecimento, colaborando assim com os preconceitos velados dispostos na classificação da sociedade em cores/raças.

A humanidade passa a ser dividida em “raças” de acordo com a coloração da pele em meados do século XVIII, onde o conceito de raça, das ciências naturais, serviu para designar os povos recém-descobertos.

Brandão (2004) salienta que, a partir do desenvolvimento da Medicina, a raça também passa a ser critério classificatório baseado em qualidades biológicas, morais, culturais e intelectuais.

Desta forma, os indivíduos de raça branca eram considerados superiores aos de outras raças em decorrência de suas características físicas, o que os tornava aptos para o desempenho de determinadas funções e, por consequência, a dominação dos demais indivíduos de outras raças. Era essa herança cultural que o

¹³ A ideia de “embranquecimento” ou “branqueamento” consistia na concepção de que a população brasileira tornaria-se progressivamente branca a partir da chegada do imigrante europeu para o trabalho em território brasileiro, da miscigenação entre as raças e como consequência do decréscimo da população negra em decorrência da diminuição da taxa de natalidade, doenças e pela ausência de políticas de promoção da qualidade de vida e saúde da população negra (ANJOS, G. 2013).

indivíduo negro carregava consigo, considerado menos apto para o desempenho de funções mais nobres e podendo oferecer risco para a sociedade.

Isso se deve ao movimento eugenista que ganha força no país na década de 1920 no contexto da higiene, da situação de saúde da população, do saneamento da cidade e da situação racial dos indivíduos. A cidade do Rio de Janeiro, como Capital e centro intelectual do país, concentrava a preocupação do Governo em relação às degenerações físicas e mentais relacionadas aos fatores raciais da população, sendo a eugenia considerada como possibilidade de regeneração da sociedade (SOUZA, 2005).

Tais argumentos podem evidenciar, possivelmente, a motivação dos indivíduos em evitarem a descrição de sua cor como negra e ter contribuído para a possível distorção da percepção identitária desses estudantes. Além disso, os critérios de seleção para a matrícula na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras — a obrigatoriedade de saber ler, escrever e ter o conhecimento sobre aritmética elementar — pode ter funcionado como filtro para a entrada do negro na escola, visto que era a população mais marginalizada no que tange a formação básica como resquício do passado escravocrata do país.

Embora dentro da delimitação temporal escolhida para este estudo foi possível identificar estudantes com idade entre 18 até 44 anos, a média de idade foi em torno de 25 anos, com mediana entre 22 anos e 30 anos.

Spindola e Martins (2008) posicionam a enfermagem como possibilidade de ascensão social, principalmente, para o grupo dos mais jovens pela oferta de empregos. Além disso, a formação profissional propicia a possibilidade de entrada no mercado de trabalho que, principalmente para os mais jovens, surge como a primeira etapa em busca da sua própria independência.

Porto e Amorim (2010) no livro “História da Enfermagem: Identidade, Profissionalização e Símbolos” apresentam uma série de anúncios de emprego, do século XIX, retirados do *Jornal do Commercio* em que buscavam-se enfermeiros devidamente conhecedores da prática da Enfermagem.

O ensino profissionalizante, com a entrega de certificado ao final do curso, trouxe capacitação àqueles que outrora desempenhavam uma enfermagem meramente leiga e permitiu a atuação para além do campo psiquiátrico, com a entrada em hospitais gerais, militares e a assistência domiciliar.

Desta forma, o certificado de enfermeiro representava não só a possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou em uma nova área de atuação, como também a manutenção da função daqueles que atuavam enquanto funcionários do Hospício Nacional de Alienados.

A maior parte dos estudantes do sexo masculino titulados na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras manteve-se, durante o curso, como funcionário do Hospício Nacional de Alienados. Tal fato parece justificar-se pelo artigo 10º do Regimento Interno da instituição de ensino que determinava que todos os funcionários da Assistência a Alienados com menos de 10 anos de serviço deveriam realizar a matrícula na escola, caso contrário seriam, progressivamente, substituídos pelos enfermeiros titulados (ESPÍRITO SANTO, 2012).

Embora a presença do homem como enfermeiro na área psiquiátrica fosse requerida quase que exclusivamente pela necessidade do uso da força física para o controle dos loucos, indubitavelmente a partir do momento em que surge a exigência da matrícula na escola para os funcionários do Hospício Nacional de Alienados, o homem adquire meio e espaço para o acúmulo de capital cultural (BOURDIEU, 1989). Destarte, sua presença como enfermeiro na área da psiquiatria tem seu status elevado com o capital simbólico representado pela oficialização da formação por meio do certificado.

A necessidade do uso da força física no lidar com os pacientes na área psiquiátrica acabou por afastar as enfermeiras do campo de atuação dos hospícios, uma vez que o ambiente asilar extrapolava o que foi, socialmente, construído como pertencente ao “mundo feminino”, o que permitiu a entrada e atuação dos enfermeiros do sexo masculino.

O mesmo pode ser observado na atuação do homem no campo militar enquanto estudante da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. O cenário de guerra trazia em seu bojo a necessidade de pessoal com conhecimento da área da saúde e atendimento aos doentes, onde o conflito evocava mais a figura masculina e suas habilidades, em oposição à atuação da mulher.

De modo sucinto, a oposição construída socialmente entre o gênero masculino e o feminino aplicava-se diretamente às áreas de atuação de enfermeiros e enfermeiras. Onde um atuava, o outro não era bem quisto sob a justificativa das habilidades requeridas por cada campo de trabalho e compreendidas como mais adequadas para um grupo do que para o outro.

Da totalidade de estudantes do sexo masculino, a maior parte era casada e esse dado pode estar relacionado com a média de idade que eles tinham. Eram jovens que vislumbravam na enfermagem o percurso inicial ou a manutenção da independência financeira e meio de sustento da própria família.

Independente do estado civil é válido lembrar que ao homem cabia o sustento da casa, da família (pai, mãe e irmãos) e da família constituída (a partir do casamento). Logo cabia a ele ser capaz de manter-se e de sustentar a família como parte da construção do seu papel como homem, demonstrando responsabilidade e a reafirmação da masculinidade (GOMES, 2011).

Desta forma, mesmo atuando em uma profissão considerada como feminina, o homem superava o discurso de gênero quando conseguia assegurar a capacidade de provedor da família, o que de fato foi possibilitado a partir da alocação do cuidado quando considerado o seu agente executor, o que perpassa a construção de gênero como base para a divisão sexuada do trabalho.

Collière (1989) esclarece que a gênese da prática de cuidados elaborados pelas mulheres e pelos homens influenciou sobremaneira nos campos que enfermeiros e enfermeiras, posteriormente, vieram a ocupar como prestadores de cuidados. O campo, em sua constituição, guarda similitudes com a construção social do sujeito, quer seja, o homem ou a mulher.

O enfermeiro e a enfermeira carregam consigo na profissão as expectativas sociais que ditam o que é ser homem e o que é ser mulher. São essas expectativas que influenciaram os enfermeiros do sexo masculino a se posicionarem, principalmente, nas áreas da psiquiatria e militar (COLLIÈRE, 1989). Dito isto, considerando o *habitus* masculino, embora o homem atuasse em uma profissão dita feminina, ele passou a ocupar espaços, socialmente, condizentes com a natureza do seu gênero, o que parece compensar o distanciamento culturalmente construído entre ser homem e ser enfermeiro.

Corroborando com a assertiva sobre a profissão dos homens enquanto estudantes da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, pode-se constatar que embora houvesse estudantes bolsistas, a maioria permaneceu durante a formação na escola sem receber o auxílio financeiro¹⁴ concedido pela instituição.

¹⁴ O valor desse auxílio era de 20\$000 (vinte mil Reais) na primeira série e 25\$000 (vinte cinco mil Reais) na segunda série e prêmios de 50\$000 (cinquenta mil Reais) aos estudantes que se destacassem nos exames (SILVA, 2009).

Além disso, a sociedade concebia o indivíduo do sexo masculino como o responsável pelo sustento da família, o que encontra-se intimamente relacionado com o maior número de indivíduos do sexo masculino entre os casados (26,7%) quando comparado ao grupo dos estudantes solteiros (10,6%), quer seja, com obrigações econômicas que deveriam ser supridas por meio da atuação profissional mesmo enquanto em formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

É preciso destacar que embora entre os estudantes que não recebiam bolsa, 15,4% eram do sexo masculino, havia uma parcela (6,7%) que recebia o benefício como estudante da escola. O auxílio financeiro era concedido para os estudantes que apresentavam bom rendimento durante o curso (SILVA, 2009).

Dito isto, percebe-se que, de certa forma, o discurso contra a atuação do homem como enfermeiro nas instituições por falta de habilidades mostrava-se inconsistente perante a um grupo de homens que recebia a gratificação como estudante da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras pelo seu bom desempenho enquanto profissional em formação.

Os discursos que constroem as mulheres voltadas para a emoção são os mesmos que constroem os homens a partir da razão e do intelecto, naturalizando habilidades inerentes ao gênero e, desta forma, lugares de atuação específicos para cada um (PEREIRA, 2008). E foi construindo a enfermagem como profissão secundária, auxiliar, mais necessária do ponto de vista moral do que científico, segundo o senso comum à época, que o discurso justificava a atuação de mulheres, afastando-a dos homens.

Entretanto, a enfermagem, como prática do servir, requer dos seus praticantes mais que habilidades inerentemente femininas, mas um conjunto de habilidades inatas ou adquiridas onde se agrupam, de fato, o que se costuma esperar do homem, da mulher e mesmo da criança (COLLIÈRE, 1989).

5.5. Síntese da Seção

A maior parte dos estudantes do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras era nascido na região Norte. A região Norte, após o declínio do Ciclo da Borracha, deixou de ser destino para aqueles que buscavam oportunidade de emprego e enriquecimento. A região Sudeste, por abrigar a capital do país, concentrava os maiores esforços para o progresso do

Brasil do ponto de vista intelectual, da saúde e social. Desta forma, tal preocupação refletiu na absorção da massa de imigrantes principalmente do Norte, e também do Nordeste, que migraram para o Rio de Janeiro aproveitando a demanda por novos trabalhadores em prol do desenvolvimento do país e da imagem do Brasil no exterior.

O passado escravocrata contribuiu sobremaneira para a maior entrada de homens brancos na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, o que estava relacionado com a dificuldade do negro, pela marginalização social e educacional, em cumprir os requisitos de matrícula na instituição, desta maneira sendo dificultada a sua entrada na profissão por meio da educação formal.

A enfermagem, como possibilidade de entrada no mercado de trabalho e meio de ganhos financeiros, estimulou uma maior entrada de homens jovens na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e casados, o que parece indicar o campo de atuação à época como nova possibilidade para o sustento da família e a manutenção do homem como provedor familiar. Além do que, o enfermeiro de posse do certificado, ao final da formação na escola, tinha maiores chances de encontrar emprego graças ao capital cultural acumulado e a chancela institucional.

Os estudantes, ainda enquanto em formação na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, exerciam, em sua maioria, atividade laboral no Hospício Nacional de Alienados ou no campo militar, áreas em que as características masculinas eram evocadas diante das necessidades de cuidado em oposição à presença feminina. São principalmente estas áreas que os enfermeiros homens passam a ocupar depois de titulados valendo-se justamente das questões de gênero que preconizavam a enfermagem como profissão idealmente feminina, mas criava limitações sociais à presença da mulher em determinados ambientes.

Salienta-se que alguns dos estudantes recebiam o auxílio financeiro fornecido pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, aqueles que mais se destacavam durante o curso das matérias, fato que evidencia as habilidades que os homens, assim como as mulheres, tem e podem ainda desenvolver enquanto enfermeiros em formação, desmistificando a ideia de habilidades inerentes ao sexo.

SEÇÃO 6 – VISIBILIDADE DO MASCULINO NA ENFERMAGEM: EFEITOS DA FORMAÇÃO

6.1. Introdução

A seção apresenta a discussão do efeito de formação, exclusivamente, de enfermeiros do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, por meio da imprensa escrita, onde foram identificadas 13 notícias veiculadas no período de 1928 a 1939.

As notícias apontam para o poder e prestígio por eles conquistados fora do meio da Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras Diplomadas, atual Associação Brasileira de Enfermagem.

Na presente seção também será possível evidenciar a tendência da ocupação dos enfermeiros do sexo masculino em tempos atuais, quando caberá reflexão nas considerações finais em virtude do rigor metodológico do estudo.

6.2. Enfermeiros nas notícias de jornais

A veiculação de notícias, por meio da imprensa escrita, permite a construção de acervo e produção de conhecimento necessário para a compreensão dos fenômenos e processos socioculturais produzidos em cada época (NASSAR et al., 2016). Desta forma, a notícia impressa ao mesmo tempo em que possibilita a explicação de fenômenos, permite a captação de tensões e a complexidade de dada temporalidade.

A captação de determinada temporalidade, constituída por seus múltiplos sentidos, dada a complexidade de contextos e atores, permite a elaboração do discurso do grupo, o qual encontra-se intimamente ligado às estratégias presentes na promoção de determinada classe ou agente social, funcionando como meio de divulgação de ações e subsídio para controle dos interesses que encontram-se em jogo por meio da veiculação de mensagens verbais e não verbais (PORTO, 2007).

As notícias sobre os enfermeiros foram localizadas em 3 jornais, a saber: 3 registros no “Diário Carioca” (criado em 1932); 1 registro no “Diário de Notícias” (criado em 1930) e; 9 registros no “Jornal do Brasil” (criado em 1891).

Os registros no Jornal do Brasil foram predominantes, sendo esse o mais antigo dentre os utilizados durante as buscas. Isto conduz à credibilidade do leitor

com a circulação direcionada a camada mais popular da sociedade (NASSAR et al., 2016).

A década de 1930 destacou-se com o maior quantitativo de registros noticiosos. Pensar nesta perspectiva é dirigir o pensamento do que ocorreu a partir do Decreto nº 20.109 de 1931, quando a Escola do Departamento Nacional de Saúde Pública tornou-se a Escola Padrão de Enfermagem no país, bem como passou a ser denominada de Escola de Enfermeiras Donna Anna Nery (BRASIL, 1931). Isto implica na preocupação da instituição com a formação, exclusivamente feminina, e que para a sua criação, em 1922 (BRASIL, 1923), o Relatório de Ethel Parsons¹⁵ careceu do registro das instituições de ensino da Enfermagem no Distrito Federal (AYRES et al., 2012).

O argumento utilizado à época para a criação da escola, e mais tarde a publicação do dispositivo legal de 1931, tende a evidenciar a manutenção do poder e prestígio no campo da enfermagem. O Decreto nº 20.109/1931 ocorreu no período de governabilidade do estado por Getúlio Vargas¹⁶, de quem Laís Neto dos Reis — diretora da Escola de Enfermeiras Donna Anna Nery — era próxima. Logo, infere-se que isto implicou na publicação do Decreto, considerando-se a aliança simbólica mantida com o governante, como se previsse o risco em potencial da inserção masculina nos espaços públicos do campo da saúde, o que significaria ameaça para o avanço da profissionalização exclusivamente feminina.

Com efeito é possível identificar a atuação dos enfermeiros nas instituições de saúde e na vida associativa. Para tanto foi evidenciado o eixo atuação nas

¹⁵ A enfermeira americana chega ao Brasil em 1921 e permanece até 1931, por meio da Fundação Rockefeller e o acordo de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no país, e tem como função realizar o diagnóstico situacional de saúde do Brasil, assim como das condições para a implantação de uma escola de enfermagem nos moldes *nightingaleanos*, o que acontece em 1923 com a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (FREIRE; AMORIM, 2008).

¹⁶ O perfil intervencionista do governo Vargas, sobretudo no que influenciou na aceleração da industrialização do país e na reconfiguração capitalista brasileira, intensificou as transformações na conformação familiar centrada no poder patriarcal, possibilitando a conquista de novas funções e espaços sociais femininos (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). As políticas públicas de universalização da escolaridade, com a escola como instrumento de transformação e progresso social, incentivaram a formação profissional orientado às mulheres no intuito de prepara-las aos espaços públicos organizados de acordo com a “economia de mercado” e orientados segundo o trabalho, o consumo e a competição pela aquisição de bens de consumo (AZEVEDO; FERREIRA, 2006). Embora as atividades desenvolvidas nas escolas profissionais para as mulheres muito se assemelhassem àquelas exercidas no campo doméstico, quer seja na vida particular orientada pelo núcleo patriarcal, a profissionalização do doméstico implicava na reinvenção das atividades denominadas como femininas, possibilitando a criação de espaços de trabalho e de atividades profissionais para o público antes limitado ao espaço doméstico e não remunerado (VIDAL; RODRIGUES, 2004).

instituições de saúde, com 6 ocorrências em espaços civis, 1 no cenário militar e; 2 ocorrências com atuação em entidades de classe civil e 1 no campo militar, o que justifica a preocupação da diretora da Escola de Enfermeiras Donna Anna Nery e a dos médicos, da década de 1920, a respeito da formação de homens enfermeiros, o que será aprofundado a frente.

6.3. Registros na imprensa escrita

A partir daqui serão discutidas as notícias quanto ao efeito da formação de enfermeiros do sexo masculino. São notícias que representam a atuação de nossos antecessores no campo da saúde, entidades de classe e no campo militar; espaços típicos do masculino que as mulheres, de fato, reclamam na atualidade, mas à margem do feminino na construção sociocultural da época.

6.3.1. Enfermeiros: poder e prestígio

À época na enfermagem, em 1926, as enfermeiras criaram a Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras Diplomadas — atualmente Associação Brasileira de Enfermagem — exclusivamente para egressas da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, que com o tempo abriu espaço para egressas de outras instituições irmãs e co-irmãs.

No período de 1921 a 1942, a figura a masculina carecia de bons olhos pela sociedade. Logo coube ao masculino procurar e conquistar o seu espaço social e um deles foi a Associação Beneficente dos Empregados da Assistência Municipal e o Sindicato dos Enfermeiros Terrestres, por exemplo.

Fac-símile nº 1. Américo Paulo da Cunha 1º Secretário da Associação Beneficente dos Empregados do Departamento Municipal de Assistência Pública.

A. B. DOS EMPREGADOS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA PUBLICA

De ordem do sr. presidente desta Associação, ficam convidados todos os srs. associados quites a comparecerem em assembléa geral extraordinaria, que se realizará hoje, domingo, ás 7 horas. Ordem do dia: a) Leitura da acta da sessão anterior; b) Assumptos de interesses collectivos. Séde. rua Senador Pompeu n. 121. — **Américo Paulo da Cunha**, 1º secretario.

Fonte: Diário Carioca. Columna Operaria. Rio de Janeiro, p. 04, 1928.

Fac-símile nº 2. Américo Paulo da Cunha Presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Assistência Municipal

A Associação dos Empregados da Assistência Municipal inaugurou seu novo pavilhão

A Associação Beneficente dos Empregados da Assistência Pública, realizou no dia 21 do corrente, na séde da Banda Portugal, a festa commemorativa da inauguração do seu novo pavilhão.

A cerimonia do hasteamento da bandeira social foi a primeira parte do programma festivo do dia, orando por essa occasião o sr. Adolpho Ferrelra Marques de Abreu, que depois de se referir com eloquencia ao acto, falou sobre o desenvolvimento dos serviços da Assistência Municipal, apontando aquelles modestos servidores da Municipalidade como os anonymos factores do progresso do Departamento.

Terminada a cerimonia, teve lugar o baile que se prolongou até de madrugada, ao som de excellente jazz-band.

A mesa que presidiu ao acto da inauguração do novo pavilhão da antiga e conceituada sociedade dos pequenos serventuários da Assistência Municipal estava assim constituída: srs. **Américo Paulo da Cunha**, presidente da A. B. E. A.; João de Freitas Lopes, presidente da Banda Portugal e dos secretarios Oscar Soares e Joaquim Innocencio.

Fonte: Diário Carioca, Rio de Janeiro, p. 02, 1935.

Como pode-se identificar nas notícias, o enfermeiro Americo Paulo da Cunha assumiu o cargo de 1º Secretário da Associação, em 1928 (Fac-símile nº 1) e, em 1935, o de presidente (Fac-símile nº 2).

Uma outra notícia registrou o elogio público em nome do enfermeiro Americo Paulo da Cunha, em 1936, como presidente, agora, do Sindicato dos Enfermeiros Terrestres (Fac-símile nº 3).

Fac-símile nº 3. Américo Paulo da Cunha Presidente do Sindicato dos Enfermeiros Terrestres



Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 24, 1936.

O Sindicato dos Enfermeiros Terrestres foi o primeiro sindicato de enfermeiros no país, fundado em 1933, sob os moldes da estrutura sindical do governo Vargas. O sindicato era subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo legalmente a instância representativa da classe dos enfermeiros titulados e dos práticos (CARVALHO; GUIMARÃES, 2007).

Com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas, o Sindicato passou a ser o ente representativo de todos os trabalhadores de estabelecimentos de saúde, denominando-se Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de

Saúde (BERLOFI; SANNA, 2013), onde os profissionais de enfermagem deixaram de ser considerados profissionais liberais.

Dessa maneira, tornou-se prioritário a criação de um sindicato próprio representativo da enfermagem e o retorno ao enquadramento como profissional liberal. Tais conquistas foram alcançadas em 1962 e 1977, respectivamente (GOMES; SANTOS, 2005).

O Sindicato dos Enfermeiros Terrestres e as associações de enfermeiros configuravam-se como campo social, entendido como um microcosmo que influencia os seus agentes — por meio de normas e regras — e é influenciado por eles. Neste entendimento, o campo é um espaço de disputas para o alcance de posições superiores e de proteção dos interesses dos envolvidos, o que está relacionado com o capital que cada agente possui de interesse do campo (BOURDIEU, 1989). Logo, aponta-se este dado como um dos efeitos da formação dos enfermeiros pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

O efeito da formação pode ser entendido como o senso prático da vida pública, tendo por princípio a classificação e organização das ações como operador da prática direcionada à dominação masculina na sociedade (BOURDIEU, 2004). Infere-se a possibilidade do enfermeiro Américo Paulo da Cunha, no caso da função de 1º Secretário da Associação Beneficente dos Empregados do Departamento Municipal de Assistência Pública, no mesmo ano de sua titulação (1928), anteriormente já ter exercido alguma posição funcional naquela instituição e que, como enfermeiro recém-formado, posicionou-se no campo da vida associativa, tornando-se presidente em 1931.

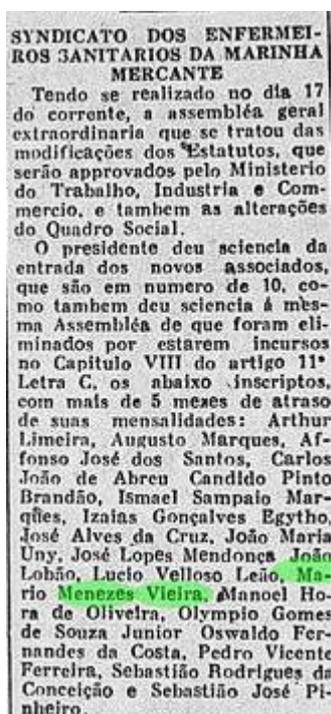
Tal colocação auxilia para a compreensão da preocupação dos médicos ao afirmarem que o homem era ambicioso para exercer a profissão de enfermagem (POSSOLO, 1920; SANTOS, 1928), o que representava uma concorrência a mais no campo sobre aquela proveniente dos ideais traçados para a profissionalização da enfermagem pela figura feminina.

Um dos objetivos centrais das associações era a de promover a imagem da profissão à sociedade. Para tanto, ela necessitava demonstrar o seu valor e importância no exercício profissional, bem como a integração do grupo e padronização do desempenho de modo à construção da sua unidade cultural. Isto conduz que as associações profissionais destacam-se como corporações que, por meio da sua organização e atividade, visam o desenvolvimento da profissão, bem

como campo de atuação e de conhecimento. Logo, há a criação de subsídios para a organização do grupo, uma vez que exercem função social em defesa dos seus interesses na dinâmica sociopolítica da coletividade envolvida (RASCHE, 2006).

Isto fica ainda mais claro quando outro enfermeiro adentra para a vida associativa. Mario Menezes Vieira, titulado em 1930, que encontrava-se associado ao Sindicato dos Enfermeiros Sanitários da Marinha Mercante, em 1935 (Fac-símile nº 4).

Fac-símile nº 4. Mario Menezes associado ao Sindicato dos Enfermeiros Sanitários da Marinha Mercante.



Fonte: Diário Carioca, Rio de Janeiro, p. 11, 1935.

Das 13 notícias, 7 estavam relacionadas a participação dos enfermeiros nas instituições de saúde do espaço civil e militar. Dentre as instituições que os enfermeiros eram funcionários, destaca-se o Serviço de Assistência Municipal, que era subordinado ao Departamento Nacional de Saúde Pública — órgão sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios — criado pelo Decreto nº 3.987 de 1920 (BRASIL, 1920), em substituição a Diretoria Geral de Saúde Pública. Este tinha por objetivo ser o principal órgão do Governo Federal responsável pelo campo da saúde e expandir a capacidade de atuação para além do Distrito Federal.

Ademais, a regulamentação para o funcionamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, por meio do Decreto nº 14.354 de 15 de agosto de 1920 (BRASIL, 1920), estabelecia algumas atividades, dentre elas as regulatórias para à saúde pública, bem como reforçar os poderes dos serviços sanitários. Isto conduzia, diretamente, ao exercício profissional no campo da saúde na prestação da assistência pública.

Na década de 1930, pelo Decreto nº 19.444 de 1º de dezembro de 1930, o Departamento Nacional de Saúde Pública foi incorporado ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública no governo provisório de Getúlio Vargas (BRASIL, 1930). A instabilidade dos primeiros anos do governo varguista levou à extinção do Departamento Nacional de Saúde Pública, sendo as suas funções incorporadas pela Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (HOCHMAN, 2013). Nestas circunstâncias evoca-se mais uma vez a atenção para o Decreto nº 20.109 de 1931, como a intenção da Escola de Enfermeiras Dona Anna Nery de assegurar os interesses na formação exclusiva de enfermeiras.

Por outro lado, destacam-se os enfermeiros: Américo Paulo da Cunha, titulado em 1928 e empossado enfermeiro chefe, em 1937, na Diretoria Geral de Assistência (Fac-símile nº 5); Vicente Ferreira Pacheco, titulado em 1929, contratado em 1932 como enfermeiro do Hospital Gaffrée Guinle (Fac-símile nº 6) e, no mesmo ano, aprovado em concurso para enfermeiro do exército (Fac-símile nº 7); Mario Menezes Vieira, titulado em 1930 e contratado, em 1937, como enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde e Assistência (Fac-símile nº 8); Renato Silva Santos, titulado em 1937 e nomeado, em 1938, enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde e Assistência (Fac-símile nº 9); Benedito Joaquim Monteiro, titulado em 1939 e nomeado, em 1939, enfermeiro do Hospital Miguel Couto (Fac-símile nº 10).

Fac-símile nº 5. Americo Paulo da Cunha empossado como enfermeiro chefe.

ATOS DO DIA 24 DE JUNHO DE 1937
 NA SECRETARIA GERAL DE SAUDE E ASSISTENCIA
 Nomeações:
 Foram nomeados: para o cargo de enfermeiro auxiliar — os trabalhadores da mesma Secretaria, Guilherme da Cunha Moreira e Lauçelina Vieira Pontes; para o cargo de trabalhador — Carlos Lopes Garcia, Ernestina Duarte Campos, Francisca de Abreu Cruz, Georgina Costa Castelo, Helena Silva e Laura Coelho Lucchi.
 Promoções:
 Foram promovidos: para o cargo de enfermeira chefe — a enfermeira encarregada, da mesma Secretaria, Irene Pilar Drummond; para o cargo de enfermeiro encarregado — os enfermeiros, da mesma Secretaria, Adalberto Silva Tavares, Albano Ramos Brandão, Americo Paulo da Cunha, Cristino Manso, Isabel Mendonça Brito, Gentil José da Silva, Gontranl. Ferreira, Josefina Brandão e Praxedes dos Santos Lichôa; para o cargo de enfermeiro — os enfermeiros adjuntos, da mesma Secretaria. Acou

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 17, 1937.

Fac-símile nº 6. Vicente Ferreira Pacheco contratado para o Hospital Gaffrée Guinle.

sargento Antonio Fernandes da Silva e os enfermeiros contratados, Walter Anatocles da Silva Ferreira, Waldemiro Lobo, Horacio Fontêlia Fialho, João Paulo de Carvalho e Moacyr Alves e no Hospital Complementar Gaffrée Guinle, os enfermeiros, também contratados, Vicente Ferreira Pacheco, João Trajano de Moura e Nestor Barbosa Bezerra.
 NO MINISTERIO DA MAR. NHA

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 07, 1932.

Fac-símile nº 7. Vicente Ferreira Pacheco aprovado como enfermeiro militar.

FORAM APROVADOS NO EXAME DE HABILITAÇÃO PARA ENFERMEIROS MILITARES
 No exame de habilitação a que se submeteram, para enfermeiros contractados, do Exercito, foram aprovados os seguintes candidatos: Nestor Barbosa Bezerra, Afonso de Araujo, Vicente Ferreira Pacheco, Ildefonso Caminha dos

Fonte: Diário de Notícias, Rio de Janeiro, p. 01, 1932.

Fac-símile nº 8. Mario Menezes Vieira contratado como enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde e Assistência.

da Roça, Jandira Pereira de Sousa, João da Cruz Garcia, José Caruso, José Cornelio da Silva, Josefina Freire da Rocha, José Zacarias de Carvalho Andrade, Joventina de Sousa, Judite Andrade Figueiredo, Julietta Rodrigues, Jurema Abreu Lima, Jurema Xavier Machado, Laura da Silva Marcos, Lilia Fernandes Pereira Barros, Lindaurea dos Santos, Lucilla de Araujo, Luisa Camargo Magalhães, Luisa Stella Di Lauro Rocha, Luis Teixeira Barros, Lidia Cabral, Margarida Pereira de Oliveira, Maria Amelia Borges Pacheco, Maria Benedicta de Lima, Maria Clara da Oliveira, Maria da Conceição Alves Passos, Maria da Gloria Pedreira, Maria da Graça Quintal, Maria da Graça Saraceni, Mari da Penha de Almeida, Maria de Jesus Crvalho, Maria de Lourdes Lopes, Maria Emilia de Lima, Maria Emilia Johnston, Maria Etelvina Lage, Maria Ferreira da Cruz, Maria José Torres Pires, Maria Julia Branco, Maria Martins da Silva, Maria Martins Mendes, Marina Ribeiro Teixeira, **Mario Menezes Vieira**, Miguelina Petal, Minervino Domingos de Sousa, Moacir Benito de Sá, Nadir Mai Frageso, Nair Costa e Silva, Nair Matilde da Silva, Nelson de Moraes Cotrin, Odette Matias da Costa, Odette Ribeiro, Perce-

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 17, 1937.

Fac-símile nº 9. Renato Silva Santos nomeado enfermeiro da Secretaria Geral de Saúde e Assistência.

ATOS DO PREFEITO — Na Secretaria Geral de Saúde e Assistência — Nomeações — Para o cargo de praticante de enfermeiro, José Alves da Costa, **Renato Silva Santos**, Rubens Kleber, Marcondes Dimesis, João Batista de Oliveira, Ari Pereira da Cruz e Verter Lamartine Teixeira Lopes; para o cargo de cabeineiro, o cidadão, Sebastião de Oliveira; para o cargo de trabalhador, Francisco Galdino Mendes, Heraldo da Cruz Gouveia, Valter Guimarães, Osvaldo Pereira Maciel, Ricardo Lavechi, João Paulo da Silva, Manuel Etsario Vasconcelos e Julio da Gama Moret.

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 11, 1938.

Fac-símile nº 10. Benedito Joaquim Monteiro contratado como enfermeiro para o Hospital Miguel Couto.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR — Designações — O praticante de oficial Antonio Batista Leres, para servir no Hospital Getulio Vargas; o praticante de enfermeiro, interino, Benedito Joaquim Monteiro, para servir no Hospital Miguel Couto; do Hospital Miguel Couto para o Hospital Carlos Chagas, o praticante de enfermeiro Rubens Pedro Nogueira; do Hospital Getulio Vargas para o Dispensario do Meier, o auxiliar de farmacia, Mario dos Santos Oliva; do Dispensario do Meier

Fonte: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 14, 1939.

Logo, afirma-se que esses 4 enfermeiros, contrariando o senso comum, encontravam-se presentes em um campo dominado pela presença de mulheres e salvaguardado pelo discurso hegemônico da enfermagem melhor desempenhada pelo sexo feminino.

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras teve o seu efeito quando seus egressos do sexo masculino foram noticiados pela mídia escrita em plena atividade no campo da enfermagem, comprovando o sucesso do processo de formação e inserção do homem enfermeiro na sociedade. A instituição, enquanto a primeira escola de enfermagem no Brasil a permitir a matrícula de homens, teve como efeito o início da ruptura do paradigma de uma enfermagem feminina, possibilitando a entrada do masculino no cuidado cancelado pelo certificado.

A presença, registrada pela mídia por meio de jornais de grande circulação, se fez como efeito do ato formador da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e a atuação no campo da saúde de posse do certificado de enfermeiro. As várias funções assumidas por esses enfermeiros, assim como os vários campos ocupados, contribuíram para o posicionamento do enfermeiro do sexo masculino na construção histórica e social da própria enfermagem como atividade preferencialmente feminina.

O enfermeiro, representado pelos egressos da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras noticiados pela mídia escrita, tem como próprio efeito a superação das construções sociais que moldaram a enfermagem à figura do feminino e em detrimento do masculino. A diversidade dos cargos e instituições que foram marcadas pela presença deles apresentou como efeito o rompimento da ideia

de habilidades inatas, demonstrando que habilidades e competências são construídas e não dadas de forma fixa.

O efeito da presença do enfermeiro do sexo masculino na enfermagem brasileira pode ser compreendido como o próprio feito transformador pelo qual passou a enfermagem e que ela própria causou. A reconfiguração do campo profissional fez modificar a concepção social da profissão, assim como o modo de interpretação dos papéis e valores dos profissionais de enfermagem enquanto em funções e espaços diversos.

6.4. Síntese da seção

No período de 1921 a 1942 foram titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras 127 homens, dos quais 5 enfermeiros foram localizados com registro na imprensa da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal do país. Os registros permitiram transparecer a intensa atividade compartilhada por esses homens titulados enfermeiros, alocados em diversos estabelecimentos, tanto assistenciais, quanto representativos de classe, nas esferas civil e militar, assumindo, alguns deles, cargos de liderança.

As diversas trajetórias percorridas pelos enfermeiros do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, identificadas nas páginas dos periódicos consultados, demonstra a participação do homem, enquanto enfermeiro, na formação da identidade profissional da enfermagem e colabora para a tradução e constituição do campo profissional que, embora preconizado como feminino, contou com a presença do homem enfermeiro nos diversos espaços possíveis para a enfermagem, contradizendo o discurso da inaptidão do homem para a profissão.

Desta maneira, mediante o exposto, não se pode negar o impacto social causado pela formação de homens enfermeiros por meio da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Isto remete ao ato de oficialização — denominado efeito de oficialização — entendido como a homologação de que o sujeito é capaz (BOURDIEU, 2004). Ademais, as publicações ratificam a operação do efeito porque implica na divulgação do fenômeno, o que também articula-se ao efeito de formalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O começo do século XX representou profundas modificações na sociedade brasileira, impactando nos aspectos políticos, sociais e econômicos do país. Essas mudanças, propagadas ao longo do século, contribuíram de forma balizadora para a solidificação da então recente república que, após o fim da monarquia, buscava a construção de uma identidade própria e tinha que lidar com os novos desafios surgidos com a conquista da independência.

As mazelas sociais, agravadas pelas condições de saúde da população e de higiene das cidades, representavam o descaso com o país e era herança do Brasil colônia que tornou-se grande e independente sem maiores planejamentos, intensificado pelo crescimento populacional como consequência da chegada dos trabalhadores estrangeiros após a abolição da escravatura.

Do exterior, além dos trabalhadores, chegava também a mentalidade e comportamentos que, em muito, moldaram como deveria ser o Brasil República. Embora ex-colônia europeia e com gana de construção de uma identidade própria, o Brasil não ficou alheio às influências estrangeiras, importando o que ditava o pensamento europeu.

Da Europa, sobretudo da França, o Brasil consumiu, sobre vários aspectos, a mentalidade francesa, deixando-se transformar em suas diversas dimensões. A própria Proclamação da República, alicerçada no positivismo de Comte, foi um grande exemplo de como a França serviu de referência para a constituição da sociedade brasileira a partir do período republicano.

Foi essa influência francesa também que corroborou com o rompimento entre o Governo brasileiro e a Igreja Católica, enquanto protagonista dos cuidados prestados nas instituições de saúde, naquele momento mais asilares, pelo seu enfoque caritativo e espiritual, do que propriamente de tratamento e cura.

A França já havia experimentado as disputas no campo da saúde, que até então era dominado pelas religiosas. A partir do momento em que as instituições de saúde começaram a estruturar-se como espaço de produção de conhecimento médico e, conseqüentemente, de poder e prestígio, as religiosas passaram a ser vistas como elementos de impedimento e atraso para o desenvolvimento da ciência, representando o que deveria ser repellido em prol do avanço da nação.

Assim também foi experienciado no Brasil, guiado pelas conquistas alcançadas pelo progresso da medicina francesa, sobretudo da nascente área da psiquiatria, o que inspirava os médicos brasileiros e despertava o interesse na assistência ao alienado, que estava sob os cuidados das religiosas dentro do Hospício Nacional de Alienados.

A disputa pelo controle do campo de assistência ao alienado representou o fim dos serviços prestados pelas religiosas, o que motivou a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras como alternativa à mão de obra antes exercida pelas religiosas, além de servir aos interesses médicos de subordinação de tudo o que pertencesse ao campo da saúde, sobretudo ao expoente campo da psiquiatria/alienado.

Embora a instituição de ensino tivesse descrito em seu Decreto de criação a proposta de formação de enfermeiros e enfermeiras não só para o trabalho nos hospícios, como também para os hospitais gerais, civis e militares, a essência da necessidade que motivou a criação da escola de enfermagem a colocava em um grau de subordinação aos médicos, desta forma, assim como os profissionais que por ela seriam titulados.

Contrariando a partir de então quem lhe servia de referência, o Brasil, diferentemente da França, teve a proposta de formação de ambos os sexos na sua primeira escola de enfermagem, inserindo, mesmo que de forma implícita, um novo elemento de ruptura na dinâmica de subordinação entre a enfermagem e a medicina, que era extensão da subordinação social existente entre o homem e a mulher.

Embora historicamente o homem também estivesse ligado ao cuidado, a figura da mulher, culturalmente, expressava-se com maior relevo representada, principalmente, pelo cuidado materno como comportamento instintivo do ato de cuidar, relacionado à sensibilidade, doçura e compaixão, características socialmente correlacionadas à maternidade e, por isso, tidas como atitude da essência feminina.

A introdução do masculino no campo da saúde, agora não mais na figura do médico, mas como enfermeiro, chancelado por uma instituição de ensino e tendo reconhecido seu capital cultural, rompeu a ideologia, mesmo que existente inconscientemente, da subordinação naturalizada entre enfermagem e medicina por inserir na relação “enfermeira/mulher x médico/homem” a figura do enfermeiro/homem, impactando na dinâmica do *habitus* que evocava os diferentes

papéis desempenhados por homens e mulheres enquanto agentes em luta simbólica no campo.

Desse modo, a hierarquia social existente entre homens e mulheres e conseqüentemente entre os papéis que cada um deveria desempenhar foi transgredida, assim como os discursos que tentavam assegurar uma enfermagem exclusivamente feminina.

A enfermagem, enquanto campo de trabalho, assegurou a inserção da mulher na vida pública e as condições para a conquista da sua independência financeira e social. Contudo, a independência da mulher não significou a independência da enfermeira, embora existente em um esquema velado de subordinação, naturalizada como profissão auxiliar.

Os vários cursos e escolas de enfermagem criadas após a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras tentaram consolidar e assegurar a independência e a presença da mulher na vida pública, como enfermeira, à custa da exclusão do homem no campo da enfermagem, em uma mentalidade errônea de que eles representavam risco para a atuação da mulher e a independência conquistada e valorizada por meio da profissão.

Para o médico, a presença do homem, no papel de enfermeiro, representava a concorrência na disputa simbólica pelo campo da saúde por visualizar na enfermagem exercida por alguém também do sexo masculino a impossibilidade de controle e subordinação, visto que ambos (homens) compartilhavam do mesmo *habitus*, embora socialmente em posições distintas, contudo potencialmente concorrentes.

Por motivos distintos, porém de forma intencional, médicos e enfermeiras construíram um discurso próprio, valendo-se de construções sociais e da ideologia da época, para afastar o sexo masculino da enfermagem e, dessa forma, o risco que representava para a estabilidade dos interesses que estavam em jogo.

Embora quista como a mais apropriada para o desempenho do papel da enfermagem por sua natureza feminina, à mulher enfermeira coube ocupar espaços determinados segundo a própria essência da assistência requerida relacionada às habilidades necessárias para o exercício da função.

Dessa forma, a mesma ideologia que preconizava a mulher como enfermeira ideal, também a excluiu de determinados campos, cedendo espaço para a atuação do enfermeiro do sexo masculino titulado pela Escola Profissional de Enfermeiros e

Enfermeiras, como pode ser observado na presença desses enfermeiros no campo militar e da psiquiatria, os quais evocavam habilidades, como força e coragem, socialmente consideradas como da natureza masculina.

Nesse sentido, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, criada a partir da necessidade de mão de obra para a assistência aos alienados, titula, entre 1921 e 1942, 127 enfermeiros do sexo masculino, sobretudo nos anos de 1923 e 1924, o que estava relacionado com os anos de ausência de titulação da instituição de ensino. Além disso, a criação de uma escola de enfermagem chancelada pelo governo e exclusivamente feminina, voltada para a saúde pública, contribuiu, inversamente, para que houvesse maior número de titulações de estudantes do sexo masculino nos anos supracitados.

A lógica da oposição entre os gêneros masculino e feminino, imbuído de forma inconsciente durante as relações sociais estabelecidas, impõe-se em construções teóricas e práticas, de modo que o que estabelece-se como espaço do sexo feminino, afasta-se como espaço do sexo masculino, o que pode ser observado a partir da criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, com o seu ensino exclusivamente para mulheres, e o maior número de titulados do sexo masculino nos anos de 1923 e 1924 na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

O perfil apresentado pelos enfermeiros do sexo masculino titulados pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras era de homens nascidos na região Norte e Nordeste, refletindo o que se visualiza até os dias atuais como fluxo migratório de indivíduos que buscam nas cidades localizadas na região Sudeste melhores oportunidades de vida, principalmente no que tange a emprego e renda. O Rio de Janeiro, à época capital, representava o potencial de desenvolvimento do país por abrigar a elite intelectual, política, econômica e social.

O indivíduo do sexo masculino, além de transgredir o discurso de salvaguarda de uma enfermagem exclusivamente feminina, transgrediu o discurso de classe ao conseguir ingressar em uma instituição de ensino e tomar posse do certificado de enfermeiro, com reconhecimento do seu capital intelectual quando em atuação no campo.

Embora estatisticamente a diferença entre brancos e não-brancos não tenha sido significativa para traçar o perfil de cor do estudante do sexo masculino da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, considerando-se desta forma que

titularam-se por meio da instituição tanto enfermeiros brancos, como não brancos, é preciso salientar as limitações envolvidas na coleta de dados referentes à variante cor.

A descrição quanto a cor dos estudantes nos dossiês analisados apresenta dubiedade em relação a ser fidedigna com a realidade dos estudantes. Por meio da consulta aos dossiês não foi possível identificar se a cor mencionada considerava a auto declaração do estudante ou a avaliação do próprio funcionário da instituição responsável pela produção do dossiê.

Tal limitação permite a reflexão quanto a construção da identidade da profissão quando reflexo da identidade dos próprios profissionais. Embora seja impossível a afirmativa, considerar a variante cor nos dossiês como dado não auto declarado altera como um todo o senso identitário da enfermagem, invisibilizando agentes e percursos históricos.

Por outro lado, o equilíbrio estatístico resultante da variante cor, ao apontar que não havia diferença significativa na quantidade de estudantes do sexo masculino brancos e não-brancos, permite afirmar que a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, apesar do contexto cultural à época desfavorável aos indivíduos não-brancos, possibilitou não somente a inserção do masculino na enfermagem, como também a construção de um espaço para o exercício de uma profissão desprovida do preconceito de cor.

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, por seu pioneirismo no ensino da enfermagem, ressignificou a assistência que até então era prestada de maneira empírica e por indivíduos sem nenhuma instrução formal. Dessa maneira, como novo campo de perspectivas, atraiu estudantes jovens do sexo masculino, em média com 25 anos de idade, que vislumbraram no certificado de enfermeiro a possibilidade do próprio sustento e de suas famílias, visto que a maioria desses estudantes era casada.

As obrigações financeiras familiares postas socialmente, à época, como função do homem parecem ter contribuído para que a maioria deles se mantivesse trabalhando durante a formação na escola de enfermagem. Seja na área militar ou como funcionário do Hospício Nacional de Alienados, o homem sustentou sua posição de estudante de enfermagem, apesar do discurso contrário, e o papel cobrado pela sociedade, como provedor da família e do próprio sustento.

Ainda na posição de estudante, o homem figurou também entre aqueles que recebiam auxílio financeiro da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. Mesmo sendo minoria, a presença em tal grupo reafirma a capacidade do sexo masculino para o exercício da enfermagem, contrariando a profissão como sendo de essência feminina e a reposicionando como campo profissional inclusivo e disponível para os que estivessem aptos.

A presença do estudante do sexo masculino bolsista reafirma também não só a capacidade desses alunos, como também o objetivo de formação de ambos os sexos definido no Decreto de criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras. O auxílio financeiro concedido aos estudantes que mais se destacavam durante o curso funcionava como estímulo à dedicação aos estudos e reconhecimento das habilidades dos futuros profissionais, destacando sua aptidão para a profissão.

Fazer tal afirmativa não significa limitar que somente os estudantes que recebiam auxílio financeiro da instituição eram aptos para o desempenho, futuro, da profissão como enfermeiro. A afirmação é feita no sentido de que havia o reconhecimento das capacidades, enquanto grupo, do sexo masculino como enfermeiro em potencial, em um mesmo nível de possibilidades que o sexo feminino, desconsiderando a ideia de habilidades inerentes ao sexo, mas sim as habilidades cognitivamente construídas.

A governabilidade da escola de enfermagem somente por médicos do sexo masculino no período compreendido neste estudo nos ajuda a dimensionar o controle exercido pela medicina na enfermagem e os discursos que estavam em jogo para a manutenção da profissão como exclusivamente feminina e, conseqüentemente, a exclusão do masculino como estudante e profissional de enfermagem titulado.

É interessante perceber que os mesmos discursos que preconizavam a mulher como sujeito ideal para o exercício da enfermagem por suas habilidades da essência feminina eram os que asseguravam o ensino da enfermagem e a governança da própria escola nas mãos de indivíduos do sexo masculino, quer seja, os médicos. Tais discursos também asseguraram um homem como patrono da seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, sendo denominada Escola de Enfermeiras Alfredo Pinto.

Aceitar esses discursos como atos ingênuos é desconsiderar a intencionalidade dos agentes em luta simbólica no campo da assistência, assim como as estratégias construídas para a manutenção do poder simbólico em jogo. À enfermagem defendida como feminina cabia o saber fazer, enquanto o saber intelectual estava sob a égide do poder médico, do *habitus* masculino.

Facilitado ou não pelas necessidades do campo, o masculino insere-se na profissão como enfermeiro e conquista espaços que até então eram invisíveis à sua atuação. Os registros noticiosos identificados durante o estudo são evidências do efeito da titulação dos estudantes do sexo masculino e da presença ativa deles nos vários espaços sociais representados pelas funções e instituições em que prestaram serviço.

Os enfermeiros de posse do certificado, investidos de capital intelectual, agregaram ao campo novas conquistas e posições para a enfermagem quando, alguns deles, exerceram função de liderança. Junto a isso, o acúmulo de capital social imbricado nas conquistas de tais posições apresenta, como efeito, a reconfiguração da representação da profissão perante à sociedade quando faz alcançar a capacidade do exercício de novos papéis, agora não mais ligadas ao de função auxiliar.

O ganho de prestígio cultural e social conquistado pelo homem como enfermeiro, o que pode também ser considerado como efeito de formação do homem pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, até hoje pode ser percebido quando visualizamos o cargo de presidente do Conselho Federal de Enfermagem, órgão máximo de representação da enfermagem brasileira, exercido pelo enfermeiro Manoel Carlos Neri da Silva; assim como o nome do Centro Acadêmico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — denominado Walter Fernandes e; a atlética da mesma instituição intitulada Fernando Porto.

Embora minoria na Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, o que ainda é realidade no panorama atual da enfermagem, os estudantes do sexo masculino titulados enfermeiros pela escola incutiram transformações desde a matrícula na escola de enfermagem por ir de encontro às preferências de quem deveria exercer a profissão. Posteriormente, passaram a transformar os campos de atuação pelos mesmos motivos, demonstrando habilidade e a competência

necessária para o exercício da profissão, o que pode ser evidenciado pelos registros noticiosos sobre a atuação em instituições públicas de saúde.

Além do próprio efeito da atuação desses enfermeiros, é preciso considerar o efeito da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras ao contrariar o pensamento da época e titular homens para o exercício da enfermagem. Seu pioneirismo vai muito além da inserção de uma profissão formal, como também da inovação de uma crença até então defendida e promulgada socialmente.

Seu efeito institucional é a evidencia incontestável do cumprimento do que fora proposto no Decreto de criação da escola como sendo a formação de enfermeiros de ambos os sexos para a atuação nos hospícios e hospitais gerais civis e militares. Ao enfermeiro do sexo masculino coube ocupar não só os espaços socialmente aceitos, como também conquistar espaços antes inalcançáveis por contrariar os esquemas de subordinação existentes.

Os espaços em questão são até hoje espaços de luta, de disputa, reclamados por enfermeiras e médicos que concorrem pelo controle do que está em jogo, quer seja o prestígio e o reconhecimento social do agente ou da profissão em si. Infelizmente, a história de luta e conquista dos campos na enfermagem parece indicar uma história de ruptura e oposição entre o que seria da enfermagem exercida por homens e aquela exercida por mulheres, com predomínio de sustentação dessa segunda.

Associações como a *American Association for Men in Nursing*, assim como o “*50th World Congress on Men in Nursing*” — realizado nos dias 16 e 17 de julho de 2018 em Roma — buscam localizar os percursos históricos e culturais do enfermeiro do sexo masculino, assegurando maior equidade nas discussões relacionadas à formação da identidade profissional da enfermagem que, no passado e no presente, compreendem a concorrência pelo protagonismo da profissão por constituir-se em cenário de potencialidades de conhecimento e poder.

Tais grupos e eventos não buscam a determinação da enfermagem como um espaço essencialmente ou exclusivamente masculino, mas configuram-se como possibilidades de reflexão da profissão a partir da inserção real do masculino como enfermeiro, considerado parte integrante e indissociável da história da profissão. Pensar por essa perspectiva é compreender que o exercício profissional é permeado pelo contexto histórico, cultural e social e que, por isso, as discussões acerca da

origem da enfermagem só serão legítimas quando contemplarem a contribuição dos vários agentes envolvidos.

Uma identidade profissional não deve ser construída somente em cima do que foi majoritário ou expressivo, mas deve considerar os elementos que estiveram dispostos para a formação do que, de fato, é comum a todos os profissionais, quer seja, a própria profissão. Dito isto, hierarquizar eventos e agentes como mais ou menos importantes no percurso histórico da formação da enfermagem é desconsiderar as múltiplas dimensões e perspectivas que são necessárias para a construção de qualquer fenômeno.

O presente estudo não teve nem de longe a intenção de suscitar uma “guerra dos sexos” ou um jogo de forças em que o vencedor teria como prêmio o protagonismo histórico da origem da profissão. O que partiu de uma necessidade minha de auto conhecimento enquanto enfermeiro perante a realidade prática da enfermagem, fez emergir as contradições teóricas existentes entre os discursos fundadores da profissão e que, mesmo de modo inconsciente, perduram e moldam as relações profissionais no presente.

A enfermagem foi influenciada pelos enfermeiros e de igual maneira os influenciou. É dessa maneira que os enfermeiros, tanto homens, quanto mulheres compartilham, muitas vezes, as mesmas situações de conflito porque, embora inseridos em um *habitus* distinto, encontram-se permeados pelas construções históricas e sociais da profissão.

Desse modo é de suma importância que a identidade profissional da enfermagem seja inclusiva e reconhecida por seus pares de modo a contemplar e ser representativa dos agentes que encontram-se inseridos no campo e que, de igual maneira, sofrem as influências pertinentes à atuação na profissão como enfermeiro ou enfermeira. Visualizar a enfermagem sob essa perspectiva possibilita torná-la fidedigna às reais experiências e conquistas dos agentes em campo sem distinção.

A Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, como pioneira no ensino da Enfermagem no Brasil, consagrou a profissão, naquele momento, como inclusiva, ao abrigar, sem distinção, homens e mulheres como estudantes da escola. Embora tendo como perfil de estudantes do sexo masculino indivíduos nascidos na região Norte, em média com 25 anos de idade, casados, brancos e não-brancos, que se mantiveram durante o curso sem receber auxílio financeiro da instituição, mas como

funcionários do campo militar ou da psiquiatria, a escola revelou-se como marco de ruptura do que era preconizado até então para a enfermagem, reconfigurando saberes e fazeres.

O presente estudo, a partir de agora, possibilita novos horizontes para a enfermagem, intencionalmente abrindo novas lacunas para as investigações na área de História da Enfermagem e áreas correlatas. As discussões entorno das questões de gênero, tão em voga no momento, abrem-se como campo promissor também nas pesquisas em enfermagem e na saúde como ponto de reflexão do passado e do presente, com vistas ao futuro da profissão e da própria identidade profissional.

Nesse momento, ao refletir sobre as motivações para esse estudo, concluo que não só é necessário descobrir e nos reconhecer na História que nos molda enquanto profissionais, mas também permitir que essa mesma História nos possibilite transformações como grupo ao partilhar dos mesmos obstáculos e conquistas, vislumbrando novas perspectivas para a nossa profissão.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P.; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo**: história e desenvolvimento. Texto técnico – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo: Epusp, 1995
- ALENCAR, F.; RAMALHO, L. C.; TOLEDO, M. V. **A história da sociedade brasileira**. 13ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- AMARANTE, P. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- AMORIM, W. M.; BARREIRA, I. A. A missão de Maria de Castro Pamphiro na primeira escola de enfermagem brasileira (1937-1949). In: PORTO, F. et al. **História da enfermagem brasileira**: lutas, ritos e emblemas. Rio de Janeiro, Brasil: Águia Dourada; 2007. p. 191-351.
- ANJOS, G. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2934/3163>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- ARAUJO, A. C.; SANNA, M. C. Ciências Humanas e Sociais na formação das primeiras enfermeiras cariocas e paulistanas. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 64, n. 6, p. 1106-1113, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000600018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- ARCHIVOS BRASILEIROS DE MEDICINA. **Curso para enfermeiras da policlínica de Botafogo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.
- AYRES, L. F. A. **As enfermeiras visitadoras da Cruz Vermelha Brasileira e do Departamento Nacional de Saúde Pública no início do século XX**. 2010. 162f. Dissertação (Mestrado e, Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- AYRES, L. F. A. et al. As estratégias de luta simbólica para a formação da enfermeira visitadora no início do século XX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 861-882, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- AZEVEDO, N; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 213-54. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n27/32143.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

BARROS, J. D. A. **O campo da História**: Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes; 2014.

BERLOFI, L. M.; SANNA, M. C. Produção científica sobre a enfermagem brasileira na II Guerra Mundial: um estudo bibliométrico. **Rev Enferm UFSM**, Santa Maria, v.3, n. 1, p. 17-24, jan/abr. 2013.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Coisas Ditas**. 1ed., São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Razões Práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

BRANDÃO, A. A. P. (org) **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Editora Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro 2011. **Regula o acesso à informação**, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. Decreto nº 21.081 de 24 de Fevereiro de 1932. **Altera artigos do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931**. Diário Oficial da União. 1932 mar. 03. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21081-24-fevereiro-1932-511792-publicacaooriginal-81269-pe.html>>. Acesso em 14 mar. 2018.

_____. Decreto nº 20.109 de 15 de Junho de 1931. **Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem**. Diário Oficial da União. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20109-15-junho-1931-544273-publicacaooriginal-83805-pe.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

_____. Decreto nº 19.444 de 1º de Dezembro de 1930. **Dispõe sobre os serviços que ficam e cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 1 dez. 1930. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19444-1-dezembro-1930-506386-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923. **Approva o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública**. Diário Oficial da União. 31 dez. 1923. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16300.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

_____. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores correspondente aos anos de 1921 e 1922**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1913/>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Lei nº 3.987 de 2 de janeiro de 1920. **Reorganiza os serviços da Saúde Pública**. Diário Oficial da União, 2 jan. 1920. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920. **Approva o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição do que acompanhou o decreto n. 14.189, de 26 de maio de 1920**. Diário Oficial da União, 15 set 1920. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14354-15-setembro-1920-503181-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

CAMPOS, P. F. S.; OGUISSO, T. A Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 61, n. 6, p. 892-898, dez. 2008 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000600017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2017.

CAPONI, S. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

CARVALHO, M. A.; PEREIRA, J. R. A. Nutrição e estados de humor: da medicina antiga à neurociência. **Simbio-Logias**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 35-50, mai. 2008. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/ARTIGO_03_FILO_nutricao_estados_de_humor.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, V. L. S; GUIMARÃES, C. M. Enfermagem e Sindicalismo em Goiás: análise do período 1982-2004. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 155-160, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n2/a05v60n2.pdf>>. Acesso em: 15 de jul. 2018.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiço e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COLLIÈRE, M. F. **Promover a vida**. Tradução de Maria Leonor Braga Abecasis. Lisboa: Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 1989.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-20. 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

COSTA, E. V. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, p. 277-308, dez. 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18903/20966>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

COURY, A. F. **Fatos e fotos da enfermeira da cruz vermelha brasileira no enfrentamento da gripe espanhola (1918)**. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DONAHUE, M. P. **Historia de la enfermeria**. Barcelona: Ediciones Doyma, 1993.

DUQUE, S. J. T. **As Escolas de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira e a profissionalização da enfermagem (Rio de Janeiro, 1890-1923)**. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2012.

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ESPÍRITO SANTO, T. B. **Enfermeiras francesas na Capital do Brasil (1890-1895)**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Gênero e Enfermagem**: Reafirmação de papéis sociais na seção feminina da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (1920-1921). 2012. 247f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ESPÍRITO SANTO, T. B.; OGUISSO, T.; FONSECA, R. M. G. S. A profissionalização da enfermagem brasileira na mídia escrita no final do século XIX: uma análise de gênero. **Rev. Latino-Am. Enferm**, São Paulo, v. 19, n. 5. 2011. Disponível em: <<http://www.nascecme.com.br/pdf/enfnamidia1.pdf>>. Acesso em 12 out. 2017.

FERNANDES, T. M. **Vacina antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERREIRA, O. M. R. Enfermagem religiosa no Portugal do século XX (1901-1950): detratores e apologistas, dois extremos em confronto. **Rev. Pensar Enferm**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 66-76. 2014. Disponível em: <http://pensarenfermagem.esel.pt/files/Artigo6_66_76.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

FIGUEIREDO, M. L. R.; DELEVATI, D. M.; TAVARES, M. G. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. **Rev. Ciências humanas e sociais**, Maceió, v. 2, n.2, p. 121-136, nov. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/1797/1067>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FONTE, E. M. M. Da institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. *Estudos de Sociologia*, Pernambuco, v. 1, n. 18. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235235/28258>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **O nascimento da clínica**. Focense Universitária, Rio de Janeiro, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. 11ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, M. A. M.; AMORIM, W. M. A enfermagem de saúde pública no Distrito Federal: a influência do relatório Goldmark (1923 A 1927). **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-124, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2018.

GATTI JUNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. **A história da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Uberlândia: Edufu, 2005.

GEOVANINI, T. et al. **História da Enfermagem**: versões e interpretações. 3 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

GOMES, M. L. B.; SANTOS, T. C. F. Construindo a identidade sindical das enfermeiras no Rio de Janeiro (1978-1984). **Rev. Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 488-497, out-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a04v14n4.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

GOMES, R. (Org). **Saúde do homem em debate**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 20, p. 1-360. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36801/39523>>. Acesso em 12 mar. 2018.

GUSSI, M. A. **Institucionalização da psiquiatria e do ensino de enfermagem no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, São Paulo, 1987.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos medias. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vegas, 1993.

HEIDEGGER, M. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. 1.ed. Rio de Janeiro, Brasil: FIOCRUZ; 2013.

JAQUES, A. E.; PHILBERT, L. A. S.; BUENO, S. M. V. Significados sobre sexualidade humana junto aos professores do ensino fundamental. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 16, n. 1, p. 45-50, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/4566/2754>>. Acesso em: 13 out. 2017.

KLETEMBERG, D. F; SIQUEIRA, M. T. A. D. A criação do ensino de enfermagem no brasil. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 61-67. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1695/1403>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MASCARENHAS, N. B. **A inserção da enfermeira brasileira no campo da saúde pública (1920-1925)**. Dissertação (Mestrado). Salvador (BA): Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia; 2013.

MASCARENHAS, N. B.; MELO, C. M. M.; SILVA, L. A. Gênese do trabalho profissional da enfermeira no Brasil (1920-1925). **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 220-227, Jun. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000200220&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MEDEIROS, T. A. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1977.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos. 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MIRANDA, C. L. **O parentesco imaginário**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

MOLINA, F. J. C. La enfermera victoriana: género e imperio. **Cultura de los Cuidados**, Alicante, v. 20, n. 46, p. 94-101. 2016. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/61755/1/CultCuid_46_09.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MOLINA, T. M. **Historia de la enfermería**. 2 ed. Buenos Aires: Inter-Médica, 1973.

MOREIRA, A. **Escola de Enfermagem Alfredo Pinto: 100 anos de história**. 1990. 212f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

MOREIRA, A; PORTO, F; OGUISSO, T. Registros noticiosos sobre a escola profissional de enfermeiros e enfermeiras na revista "O Brazil-Medico", 1890-1922. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 36 n. 4, p. 402-407. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0080-62342002000400015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MOREIRA, A. Profissionalização da Enfermagem Brasileira: o pioneirismo da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1890 -1920). 2003. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo 2003.

MOREIRA, A. Escola profissional de enfermeiros e enfermeiras (1906). **Rev. Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1181-1183. 2010. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/693/pdf_57>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MUROYA, R. L.; AUAD, D.; BRETAS, J. R. S. Representações de gênero nas relações estudante de enfermagem e cliente: contribuições ao processo de ensino-aprendizagem. **Rev. bras. enferm**, Brasília, v. 64, n. 1, p. 114-122, fev. 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672011000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2017.

NASSAR, P. et al. Corpo e cuidado nas peças publicitárias do Jornal do Brazil (1891). **Rev. Enf. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/17365/19438>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

NETO, M. **A produção da crença na imagem da enfermeira da Cruz Vermelha Brasileira no período da primeira guerra mundial (1917-1918)**. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OGUISSO, T. **Trajetória ético e legal da enfermagem**. Barueri: Manole, 2005.

_____. **Trajetória histórica e legal da enfermagem**. São Paulo: Manole, 2007.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S. Por que e para que estudar história da enfermagem?. **Enfermagem em Foco**, Brasília, v. 4, n.1, p. 49-53. 2013. Disponível em: <<http://revista.portalcofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/503/193>>. Acesso em: 15 out. 2017.

OLIVEIRA, R. M. R. Para uma crítica da razão androcêntrica: gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. **Rev. Sequência**, n. 48, p. 41-72, jul. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15232>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2015.

PADILHA, M. I. O disciplinamento dos espaços de saúde no século XXI. In: CAPON, I. S. N.; PADILHA, M. I. (Org.). **A saúde em questão**: um espaço para a reflexão. Florianópolis: Editora dos autores, 1999. p. 15-42.

PADILHA, M. I.; BORENSTEIN, M. S.; SANTOS, I. (Orgs.). **Enfermagem**: história de uma profissão. São Caetano do Sul, 2011.

PAIXÃO, W. **Páginas da história da enfermagem**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1951.

PEREIRA, A. **Os tempos e as relações de gênero**: o cotidiano de enfermeiras e enfermeiros a partir do tempo de trabalho no hospital. 2013. 219f. Tese (Doutorado em Ciências – Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Rev. Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723816322015337/pdf_97>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PEREIRA, P. F. **Homens na enfermagem**: atravessamentos de gênero na escolha, formação e exercício profissional. 2008. 104f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PEREZ, M. A. A. A. **A ordem no hospício**: primórdios da enfermagem psiquiátrica no Brasil (1852-1890). Tese (Doutorado em enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, 2008.

PONTES, C. J. F. O primeiro ciclo da borracha no acre: da formação dos seringais ao grande colapso. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Acre, v. 1, n. 1, p. 107-123. 2014. Disponível em: <<http://200.129.173.132/revista/index.php/SAJEBTT/article/view/100>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

PORTO, F. A imprensa escrita como fonte de pesquisa para a enfermagem. **Rev. Enferm. Brasil.**, v. 6, n. 3, p.72-8. 2007.

_____. **Os ritos institucionais e imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada**: o poder simbólico no click fotográfico (1919-1925). 2007. 174 f. Tese (Doutorado) — Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **História da Enfermagem**: identidade, profissionalização e símbolos. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.

_____. **Imagem pública da enfermeira no distrito federal nas décadas de 1910-1920**. 2016. 126f. Monografia (Graduação em História) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

PORTO, F.; AMORIM, W. (Orgs.). **História da Enfermagem Brasileira**: lutas, ritos e emblemas. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2007.

PORTO, F.; LESSA, T.; MOREIRA, A. O legado do diretor da escola profissional de enfermeiras alfredo pinto: Gustavo Köhler Riedel (1921 -1934). **Rev. Enferm UFPE**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 906-914, jun. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/24386572-Free-theme-article-the-legacy-of-the-director-of-school-of-professional-nurses-alfredo-pinto-gustavo-kohler-riedel.html>>. Acesso em: 13 out. 2017.

POSSOLO, A. **Curso de Enfermeiros**. 1.ed. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Leite Ribeiro Maurillo, 1920.

PRADO, M. F. **O louco no hospital geral**: imaginário sobre a loucura e desafios ao cuidado integral. 2015. 226f. Dissertação (Mestrado - Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

PRATES, R. C; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n3/a06v20n3>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

PRIORE, M. D. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, M. D. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F., VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 376- 398.

RASCHE, F. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Rev. ACB**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 1750188, jan-dez. 2006. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/426>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RESSEL, L. B.; GUALDA, D. M. R. A sexualidade na assistência de enfermagem: reflexões numa perspectiva cultural. **Rev Gaucha. Enferm.**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 323-333, dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4526/2456>>. Acesso em: 13 out. 2017.

RIBEIRO, G. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Ceará, v. 8, n. 15, p. 19-28. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620616003>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 358-363, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341999000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SALOMÃO, I. C. Influências do positivismo na formação do pensamento desenvolvimentista brasileiro. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/258/245>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SANTOS, F. B. O; MARQUES, R. C. Egressas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas: campos de atuação. 1936-1948. **Rev. Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 363-368, jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000200363&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SANTOS, G. **Livro do Enfermeiro e da Enfermeira**. 1.ed. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Typografia do Jornal do Comércio, 1928.

SANTOS, R. M. et al. A Enfermagem como objeto da História: um reflexão sobre o tempo. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 54, n. 3, p. 634-644, 2001.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Rev. Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jun. 2003. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/4-bourdieu-corpo-poder-e-dominac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 12 out. 2017.

SILVA JUNIOR, O. C. **O curso de Especialização em Visitadoras Sociais da Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal (1927-1942)**. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, R. M. **Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras**: a contribuição para o ensino de enfermagem no Brasil. 2009. 102f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, R. M.; SILVA JUNIOR, O. C. As reformas da assistência psiquiátrica e a primeira escola de enfermagem do Brasil (1890-1921). **Enfermería Global**, Murcia,

v. 5 n. 9, p. 1-13, 2006. Disponível em:
<<https://digitum.um.es/xmlui/handle/10201/24158>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SILVA, R. M; SILVA JÚNIOR, O. C. **Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados: História da Enfermagem e Documentos (1890-1921)**. Relatório final de Projeto. Apoio CNPq. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

SOBRINHO, A. S. O. A influência positivista em São Paulo nos primórdios da República: memórias do progresso e da pobreza associada ao higienismo. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 159-190, jul./dez. 2014. Disponível em:
<<https://www4.uninove.br/ojs/index.php/prisma/article/view/3391/3075>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

SOUZA, R. J; LINDO, P. V. F. Integração econômica da amazônia no contexto de um brasil dual: do ciclo da borracha à implantação da rodovia br-163. **Rev. Formação**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 70-83. 2009. Disponível em:
<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/867>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SOUZA, R. P. **Colônia de alienadas do engenho de dentro: mulheres internadas (1921-1927)**. 2016. 77f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, V. S. **Eugenia no Brasil: Ciência e Pensamento Social no Movimento Eugenista Brasileiro do Entre-Guerras**. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. Programas e Resumos do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: Editora Mídia, v. 1. p. 453-453. 2005.

SPINDOLA, T.; MARTINS, E. R. C.; FRANCISCO, M. T. R. Enfermagem como opção: perfil de graduandos de duas instituições de ensino. **Rev. bras. Enferm.**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 164-169, abr. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2017.

THOMASSET, C. La naturaliza de la mujer. In: DUBY, G.; PERROT, M. **Historia de las mujeres la edad media: la mujer en la familia y en la sociedad**. Madrid, Taurus Ediciones, 1992.

TREVISAN, A. R. Debret e a missão artística francesa de 1816: aspectos da constituição acadêmica no Brasil. **Plural-Revista do Programa de Pós-Graduação**

em **sociologia da USP**, São Paulo, n. 14, p. 9-32. 2007. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/plural/article/view/75459/79015>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
 VALLE, I. R. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 117-134, Abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a08v33n1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018

VARGENS, O. M. C. **O homem enfermeiro e sua opção pela enfermagem**. 1988. 183f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

VENANCIO, A. T. A. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 35-52, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2017.

VESTAL, C. Men nurses: Who needs them? **Imprint**, v. 30, n. 2, p. 55-59, 1983.

VIDAL, D. G.; RODRIGUES, R. N. A casa, a escola ou trabalho: o Manifesto e a profissionalização feminina no Rio de Janeiro (1920-30). In: XAVIER, M. C. (org.) **Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p.89-112.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 96, p. 87-103, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Fontes históricas

- Hemeroteca Digital

Fac-símile nº 1. **Diario Carioca. Columna Operaria**. Rio de Janeiro, p. 04. 1928. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_01&pasta=ano%20192&pesq=Americo%20Paulo%20da%20Cunha>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Fac-símile nº 2. **Diario Carioca**. Rio de Janeiro, p. 02. 1935. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=Americo%20Paulo%20da%20Cunha>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Fac-símile nº 3. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 24. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Americo%20Paulo%20da%20Cunha>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Fac-símile nº 4. Diario Carioca. Rio de Janeiro, p. 11. 1935. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=Mario%20Menezes%20Vieira>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Fac-símile nº 5. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 17. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Americo%20Paulo%20da%20Cunha>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Fac-símile nº 6. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 07, 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Vicente%20Ferreira%20Pacheco>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Fac-símile nº 7. Diario de Noticias. Rio de Janeiro, p. 01. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_01&pasta=ano%20193&pesq=Vicente%20Ferreira%20Pacheco>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Fac-símile nº 8. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 17. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Mario%20Menezes%20Vieira>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Fac-símile nº 9. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 11. 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Renato%20Silva%20Santos>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Fac-símile nº 10. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 14. 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=Benedito%20Joaquim%20Monteiro>. Acesso em: 22 jan. 2018.